

**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SANEAMENTO AMBIENTAL**

Projeto Pedagógico do Curso

Pelotas, 2022

**Autoria da proposta**

**Coordenação: CAED/Proen**

Amilcar Cardoso Vilaca de Freitas

LJ-CSTPG - CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS GERENCIAIS

Ana Paula do Sacramento Wally

VG-CSTAGIN - CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGROINDÚSTRIA

Beatriz Helena Viana Castro

VG-CSTDM - CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESIGN DE MODA

Deisi Cerbaro

VG-CSTVE - CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM VITICULTURA E ENOLOGIA.

Fernando Luis Herrmann

VA-CTI - CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Leonardo Campos Soares

CM-CSTADS - CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Leonardo Minelli

SL-CSTADS - CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Alex Mulattieri Suarez Orozco

SS-CTINFO - CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Paula Rodrigues Bittencourt de Carvalho Leite

VG-DADJ - DIRETORIA ADJUNTA

Paulo Henrique Asconavieta da Silva

PL-CSTSI - CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SISTEMAS PARA INTERNET

Ruth Rejane Perleberg Lerm

PL-CSBD - CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM DESIGN

Gabriele Volkmer

VG-CSTGA - CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL

Thilara lopes schwanke Xavier

VG-CSTGC - CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS

**Sumário**

[1. Institucional](#_heading=h.gjdgxs) [8](#_heading=h.gjdgxs)

[1.1 Identificação da Instituição](#_heading=h.30j0zll) [8](#_heading=h.30j0zll)

[1.2 Perfil Institucional](#_heading=h.3znysh7) [8](#_heading=h.3znysh7)

[1.2.1 Inserção Regional e Nacional](#_heading=h.2et92p0) [9](#_heading=h.2et92p0)

[1.2.2 Áreas de Atuação](#_heading=h.tyjcwt) [11](#_heading=h.tyjcwt)

[1.3 Diretrizes Institucionais](#_heading=h.3dy6vkm) [12](#_heading=h.3dy6vkm)

[1.3.1 Missão](#_heading=h.1t3h5sf) [12](#_heading=h.1t3h5sf)

[1.3.2 Visão](#_heading=h.4d34og8) [12](#_heading=h.4d34og8)

[1.3.3 Valores](#_heading=h.2s8eyo1) [12](#_heading=h.2s8eyo1)

[1.4 Histórico de implantação e desenvolvimento da Instituição](#_heading=h.17dp8vu) [13](#_heading=h.17dp8vu)

[1.5 Organograma Institucional](#_heading=h.3rdcrjn) [15](#_heading=h.3rdcrjn)

[1.5.1 Conselho Superior](#_heading=h.26in1rg) [16](#_heading=h.26in1rg)

[1.5.2 Reitoria](#_heading=h.lnxbz9) [17](#_heading=h.lnxbz9)

[1.5.3 Colégio de Dirigentes](#_heading=h.35nkun2) [18](#_heading=h.35nkun2)

[1.5.4 Diretorias Sistêmicas](#_heading=h.1ksv4uv) [18](#_heading=h.1ksv4uv)

[1.5.4.1 Diretoria Executiva](#_heading=h.u8xnmswz2j86) [18](#_heading=h.u8xnmswz2j86)

[1.5.4.2 Diretoria de Desenvolvimento Institucional](#_heading=h.t37ncbslif1v) [19](#_heading=h.t37ncbslif1v)

[1.5.4.3 Diretoria de Assuntos Internacionais](#_heading=h.5iqnud8lyx06) [19](#_heading=h.5iqnud8lyx06)

[1.5.4.3.1 Núcleo de Idiomas](#_heading=h.2lzmdik627lo) [20](#_heading=h.2lzmdik627lo)

[1.5.4.3.2 Instituições Parceiras](#_heading=h.otq81oqws8tc) [20](#_heading=h.otq81oqws8tc)

[1.5.4.3.3 Cursos Binacionais](#_heading=h.gnjb1btmpxx) [22](#_heading=h.gnjb1btmpxx)

[1.5.4.4 Diretoria de Tecnologia e Informação](#_heading=h.cppwcgdgj5t9) [22](#_heading=h.cppwcgdgj5t9)

[1.5.5 Comissões](#_heading=h.44sinio) [24](#_heading=h.44sinio)

[1.5.5.1 CPA](#_heading=h.rq83qoq2x2lb) [24](#_heading=h.rq83qoq2x2lb)

[1.5.5.2 CPPD](#_heading=h.dcuadt4fosjr) [24](#_heading=h.dcuadt4fosjr)

[1.5.5.3 Comissão de Ética](#_heading=h.nqez89922fue) [24](#_heading=h.nqez89922fue)

[1.5.5.4 Comissão de Ética na utilização de animais](#_heading=h.bijgz8c0kbnr) [24](#_heading=h.bijgz8c0kbnr)

[1.5.6 Governança](#_heading=h.2jxsxqh) [24](#_heading=h.2jxsxqh)

[2. Câmpus Pelotas](#_heading=h.z337ya) [25](#_heading=h.z337ya)

[2.1 Apresentação](#_heading=h.3j2qqm3) [25](#_heading=h.3j2qqm3)

[2.2 Endereço de funcionamento](#_heading=h.1y810tw) [28](#_heading=h.1y810tw)

[2.3 Bases legais de funcionamento](#_heading=h.4i7ojhp) [28](#_heading=h.4i7ojhp)

[2.4 Histórico do Câmpus](#_heading=h.2xcytpi) [28](#_heading=h.2xcytpi)

[2.5 Organograma do Câmpus](#_heading=h.1ci93xb) [30](#_heading=h.1ci93xb)

[2.5.1 Diretorias e Departamentos](#_heading=h.3whwml4) [30](#_heading=h.3whwml4)

[2.5.2 Coordenadorias](#_heading=h.2bn6wsx) [30](#_heading=h.2bn6wsx)

[2.5.3 Núcleos](#_heading=h.qsh70q) [33](#_heading=h.qsh70q)

[3. Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental](#_heading=h.3as4poj) [34](#_heading=h.3as4poj)

[3.1 Apresentação](#_heading=h.1pxezwc) [34](#_heading=h.1pxezwc)

[3.2 Bases Legais](#_heading=h.147n2zr) [35](#_heading=h.147n2zr)

[3.3 Histórico do Curso](#_heading=h.23ckvvd) [41](#_heading=h.23ckvvd)

[3.4 Justificativa](#_heading=h.ihv636) [44](#_heading=h.ihv636)

[3.4.1 Número de vagas](#_heading=h.32hioqz) [47](#_heading=h.32hioqz)

[3.4.2 Requisitos de Acesso](#_heading=h.1hmsyys) [48](#_heading=h.1hmsyys)

[3.5 Objetivos do Curso](#_heading=h.41mghml) [49](#_heading=h.41mghml)

[3.5.1 Objetivo Geral](#_heading=h.2grqrue) [49](#_heading=h.2grqrue)

[3.5.2 Objetivos Específicos](#_heading=h.vx1227) [49](#_heading=h.vx1227)

[3.5.3 Público-alvo](#_heading=h.3fwokq0) [50](#_heading=h.3fwokq0)

[3.6 Perfil Profissional do/a Egresso/a e campo de atuação](#_heading=h.jo6x6t2n9rpo) [51](#_heading=h.jo6x6t2n9rpo)

[3.6.1 Competências profissionais](#_heading=h.xa90fc8wojg) [51](#_heading=h.xa90fc8wojg)

[3.6.2 Campo de atuação](#_heading=h.b6w3f7q8tydk) [53](#_heading=h.b6w3f7q8tydk)

[3.7 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso](#_heading=h.4f1mdlm) [53](#_heading=h.4f1mdlm)

[3.7.1 Articulação das Políticas Institucionais de Ensino, Extensão e Pesquisa](#_heading=h.2u6wntf) [53](#_heading=h.2u6wntf)

[3.8 Currículo](#_heading=h.19c6y18) [54](#_heading=h.19c6y18)

[3.8.1 Estrutura Curricular](#_heading=h.3tbugp1) [56](#_heading=h.3tbugp1)

[3.8.2 Fluxos formativos](#_heading=h.28h4qwu) [57](#_heading=h.28h4qwu)

[3.8.3 Matriz curricular](#_heading=h.37m2jsg) [57](#_heading=h.37m2jsg)

[3.8.4 Matriz de disciplinas eletivas](#_heading=h.1mrcu09) [57](#_heading=h.1mrcu09)

[3.8.5 Matriz de disciplinas optativas](#_heading=h.6rwiw374p8ic) [57](#_heading=h.6rwiw374p8ic)

[3.8.6 Matriz de pré-requisitos (quando for o caso)](#_heading=h.2lwamvv) [57](#_heading=h.2lwamvv)

[3.8.7 Matriz de co-requisitos (quando for o caso)](#_heading=h.111kx3o) [57](#_heading=h.111kx3o)

[3.8.8 Matriz de disciplinas equivalentes](#_heading=h.scl4g245ydut) [57](#_heading=h.scl4g245ydut)

[3.8.9 Matriz de componentes curriculares a distância (se houver)](#_heading=h.206ipza) [58](#_heading=h.206ipza)

[3.8.10 Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografias](#_heading=h.4k668n3) [58](#_heading=h.4k668n3)

[3.8.11 Certificações intermediárias (Quando for o caso)](#_heading=h.2zbgiuw) [58](#_heading=h.2zbgiuw)

[3.8.12 Critérios para validação de conhecimentos e experiências profissionais anteriores](#_heading=h.1egqt2p) [58](#_heading=h.1egqt2p)

[3.8.13 Prática profissional](#_heading=h.3ygebqi) [59](#_heading=h.3ygebqi)

[3.8.13.1 Estágio profissional supervisionado](#_heading=h.2dlolyb) [60](#_heading=h.2dlolyb)

[3.8.13.2 Estágio não obrigatório](#_heading=h.sqyw64) [61](#_heading=h.sqyw64)

[3.8.14 Atividades Complementares](#_heading=h.3cqmetx) [61](#_heading=h.3cqmetx)

[3.8.15 Trabalho de Conclusão de Curso](#_heading=h.1rvwp1q) [62](#_heading=h.1rvwp1q)

[3.8.16 Metodologia](#_heading=h.4bvk7pj) [62](#_heading=h.4bvk7pj)

[3.9 Política de formação integral do/a estudante](#_heading=h.2r0uhxc) [65](#_heading=h.2r0uhxc)

[3.10 Políticas de apoio ao/a estudante](#_heading=h.3q5sasy) [66](#_heading=h.3q5sasy)

[3.11 Formas de implementação das políticas de ensino, extensão pesquisa](#_heading=h.kgcv8k) [67](#_heading=h.kgcv8k)

[3.12 Curricularização da extensão e Pesquisa](#_heading=h.34g0dwd) [69](#_heading=h.34g0dwd)

[3.13 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa](#_heading=h.1jlao46) [73](#_heading=h.1jlao46)

[3.13.1 Funcionamento das instâncias de deliberação e discussão](#_heading=h.43ky6rz) [74](#_heading=h.43ky6rz)

[3.14 Atividades de tutoria (obrigatório para cursos ou disciplinas, integral ou parcial, na modalidade EaD)](#_heading=h.2iq8gzs) [75](#_heading=h.2iq8gzs)

[3.15 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos processos de ensino e de aprendizagem](#_heading=h.xvir7l) [75](#_heading=h.xvir7l)

[3.16 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) (obrigatório para cursos ou disciplinas, integral ou parcial, na modalidade EaD)](#_heading=h.3hv69ve) [76](#_heading=h.3hv69ve)

[3.17 Materiais didáticos (Obrigatório para cursos ou disciplinas, integral ou parcial, na modalidade EaD)](#_heading=h.1x0gk37) [76](#_heading=h.1x0gk37)

[3.18 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem](#_heading=h.4h042r0) [76](#_heading=h.4h042r0)

[4. Corpo Docente e Tutorial](#_heading=h.2w5ecyt) [77](#_heading=h.2w5ecyt)

[4.1 Núcleo Docente Estruturante](#_heading=h.1baon6m) [77](#_heading=h.1baon6m)

[4.1.1 Composição](#_heading=h.3vac5uf) [77](#_heading=h.3vac5uf)

[4.1.2 Atribuições](#_heading=h.2afmg28) [77](#_heading=h.2afmg28)

[4.2 Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso](#_heading=h.pkwqa1) [78](#_heading=h.pkwqa1)

[4.3 Equipe Multidisciplinar (obrigatório para cursos ou disciplinas, integral ou parcial, na modalidade EaD)](#_heading=h.39kk8xu) [79](#_heading=h.39kk8xu)

[4.4 Coordenador do curso de Saneamento Ambiental](#_heading=h.1opuj5n) [79](#_heading=h.1opuj5n)

[4.4.1 Regime de Trabalho do coordenador do curso](#_heading=h.48pi1tg) [80](#_heading=h.48pi1tg)

[4.4.2 Plano de Ação](#_heading=h.2nusc19) [80](#_heading=h.2nusc19)

[4.4.3 Indicadores de desempenho](#_heading=h.1302m92) [80](#_heading=h.1302m92)

[4.4.4 Representatividade nas instâncias superiores](#_heading=h.3mzq4wv) [80](#_heading=h.3mzq4wv)

[4.5 Corpo docente e supervisão pedagógica](#_heading=h.2250f4o) [81](#_heading=h.2250f4o)

[4.6 Colegiado do curso](#_heading=h.haapch) [83](#_heading=h.haapch)

[4.6.1 Implementação de práticas de gestão](#_heading=h.319y80a) [84](#_heading=h.319y80a)

[4.7 Corpo de tutores do curso (obrigatório para cursos ou disciplinas, integral ou parcial, na modalidade EAD).](#_heading=h.1gf8i83) [85](#_heading=h.1gf8i83)

[4.8 Políticas de Interação entre Coordenação de Curso, Corpo Docente e de Tutores](#_heading=h.40ew0vw) [85](#_heading=h.40ew0vw)

[5. Corpo técnico-administrativo](#_heading=h.2fk6b3p) [85](#_heading=h.2fk6b3p)

[6. Infraestrutura](#_heading=h.upglbi) [85](#_heading=h.upglbi)

[6.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral](#_heading=h.3ep43zb) [85](#_heading=h.3ep43zb)

[6.2 Espaço de trabalho para o coordenador](#_heading=h.1tuee74) [85](#_heading=h.1tuee74)

[6.3 Sala coletiva de professores](#_heading=h.4du1wux) [86](#_heading=h.4du1wux)

[6.4 Salas de aula](#_heading=h.2szc72q) [86](#_heading=h.2szc72q)

[6.5 Acesso dos/as alunos/as a equipamentos de informática](#_heading=h.184mhaj) [87](#_heading=h.184mhaj)

[6.6 Biblioteca](#_heading=h.3s49zyc) [88](#_heading=h.3s49zyc)

[6.7 Laboratórios didáticos](#_heading=h.279ka65) [90](#_heading=h.279ka65)

[6.7.1 Laboratórios de formação básica](#_heading=h.meukdy) [90](#_heading=h.meukdy)

[6.7.2 Laboratórios de formação específica](#_heading=h.36ei31r) [90](#_heading=h.36ei31r)

[6.7.3 Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística) (Não se aplica para cursos presenciais que não contemplam material didático no PPC.)](#_heading=h.1ljsd9k) [91](#_heading=h.1ljsd9k)

[6.7.4 Ambientes profissionais vinculados ao curso](#_heading=h.45jfvxd) [92](#_heading=h.45jfvxd)

[6.8 Infraestrutura de acessibilidade](#_heading=h.2koq656) [92](#_heading=h.2koq656)

[7. Referências](#_heading=h.zu0gcz) [93](#_heading=h.zu0gcz)

[8. Anexos e Apêndices](#_heading=h.3jtnz0s) [97](#_heading=h.3jtnz0s)

[8.1 Plano de ação do/a coordenador/a](#_heading=h.1yyy98l) [97](#_heading=h.1yyy98l)

[8.2 Regulamento de laboratórios](#_heading=h.2y3w247) [97](#_heading=h.2y3w247)

[8.3 Tabela de informações sobre o corpo docente e supervisão pedagógica](#_heading=h.1d96cc0) [97](#_heading=h.1d96cc0)

[8.4 Tabela de informações sobre o corpo de tutores](#_heading=h.3x8tuzt) [97](#_heading=h.3x8tuzt)

[8.5 Tabela de informações sobre o corpo técnico-administrativo](#_heading=h.2ce457m) [97](#_heading=h.2ce457m)

[8.6 Fluxos formativos](#_heading=h.khloalzv3tu) [97](#_heading=h.khloalzv3tu)

[8.7 Matriz curricular](#_heading=h.41mb5pzjs6b) [97](#_heading=h.41mb5pzjs6b)

[8.8 Matriz de disciplinas eletivas](#_heading=h.6jfmmnsils78) [97](#_heading=h.6jfmmnsils78)

[8.9 Matriz de disciplinas optativas](#_heading=h.b4n7i7veb4o4) [97](#_heading=h.b4n7i7veb4o4)

[8.10 Matriz de pré-requisitos (quando for o caso)](#_heading=h.q8gw2uk3vcrk) [98](#_heading=h.q8gw2uk3vcrk)

[8.11 Matriz de disciplinas equivalentes](#_heading=h.arbebpu7k93y) [98](#_heading=h.arbebpu7k93y)

[8.12 Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografias](#_heading=h.1vrwr3ndssoh) [98](#_heading=h.1vrwr3ndssoh)

[8.13 Regulamento de Estágio do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental](#_heading=h.xaaysq8gjh6z) [98](#_heading=h.xaaysq8gjh6z)

[8.14 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso](#_heading=h.7vvrkk57dlm7) 98

## Institucional

## Identificação da Instituição

**Quadro 1 – Identificação do IFSul**

| **Mantenedora:** Ministério da Educação  **IES:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul |
| --- |
| **Natureza Jurídica:** Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal |
| **CNPJ:** 10.729.992/0001-46 |
| **Endereço:** Rua Gonçalves Chaves, nº 3218. Centro - Pelotas/RS - CEP 96015-560 |
| **Fone:** [(53) 3026-6](https://www.google.com/search?q=enfere%C3%A7o+reitoria+do+IFSUL&rlz=1C1CHBD_pt-PTBR956BR956&oq=enfere%C3%A7o+reitoria+do+IFSUL&aqs=chrome..69i57j0i22i30.8816j1j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8)275 |
| **Site:**<http://www.ifsul.edu.br/>  **E-mail:** reitoria@ifsul.edu.br |
| **Ato Regulatório**: Credenciamento  **Tipo de documento**: Decreto **Nº Documento**: s/n  **Data de Publicação**: 20/01/1999  **Prazo de Validade**: Vinculado ao Ciclo Avaliativo |
| **Ato Regulatório:** Recredenciamento  **Tipo de documento:** Portaria  **Nº documento**: 1522  **Data de Publicação**: 26/12/2016  **Prazo de Validade**: Vinculado ao Ciclo Avaliativo |
| **CI - Conceito Institucional:** 4 **Ano**: 2016 |
| **IGC – Índice Geral de Cursos:** 4 **Ano**: 2019 |
| **IGC Contínuo:** 3.2738 **Ano**: 2019 |

## Perfil Institucional

O IFSul é uma instituição pública e gratuita vinculada ao MEC, com sede e foro na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul. Criado a partir da transformação do CEFET RS, nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), o IFSul possui natureza jurídica de autarquia, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático- pedagógica e disciplinar.

A administração do IFSul tem como órgãos superiores o CODIR e o CONSUP, cuja estruturação, competências e normas de funcionamento estão organizadas em seu Estatuto. A reitoria e os 14 Câmpus do IFSul estão distribuídos pelo estado do Rio Grande do Sul conforme apresentado na Figura 1.

**Figura 1 - Distribuição das unidades do IFSul pelo estado**

Segundo a Plataforma Nilo Peçanha (PNP), que reúne dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal) para fins de cálculos de indicadores, o IFSul atende um total de 24.369 discentes (ano base 2018), matriculados em cursos nas modalidades presencial e a distância. Também exerce o papel de instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais.

### Inserção Regional e Nacional

Cobrindo todo o território nacional, a Rede Federal presta um serviço à nação, ao realizar sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo. A Rede Federal se configura hoje como importante estrutura de amplo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

No ano de 2019, a Rede Federal celebrou 110 anos de uma trajetória marcada pela evolução e pelo atendimento das necessidades contemporâneas, contando com 661 escolas em 578 municípios e mais de um milhão de estudantes matriculados/as em 11.766 cursos.

O IFSul é uma instituição que integra a Rede Federal, conjuntamente a outros 37 Institutos Federais, a 2 Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), a 25 escolas técnicas vinculadas a Universidades Federais, ao Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Os 14 Câmpus do IFSul estão presentes em cinco regiões geográficas intermediárias e em 10 regiões imediatas do Rio Grande do Sul, conforme Quadro 1, elaborado com base nos dados do IBGE.

**Quadro 2 – Regiões do estado do Rio Grande do Sul onde o IFSul está presente**

| **Região geográfica intermediária** | **Região geográfica imediata** | **Câmpus** |
| --- | --- | --- |
| Porto Alegre | Porto Alegre | Câmpus Sapucaia do Sul e Câmpus Gravataí |
| Novo Hamburgo - São Leopoldo | Câmpus Avançado Novo Hamburgo e Câmpus Sapiranga |
| Camaquã | Câmpus Camaquã |
| Charqueadas -Triunfo - São Jerônimo | Câmpus Charqueadas |
| Pelotas | Pelotas | Câmpus Pelotas, Câmpus Pelotas - Visconde da Graça e Câmpus Avançado Jaguarão |
| Bagé | Câmpus Bagé |
| Uruguaiana | Santana do Livramento | Câmpus Santana do Livramento |
| Passo Fundo | Passo Fundo | Câmpus Passo Fundo |
| Santa Cruz do Sul - Lajeado | Santa Cruz do Sul | Câmpus Venâncio Aires |
| Lajeado | Câmpus Lajeado |

Além disso, atuando na modalidade de Educação a Distância (EaD), o IFSul amplifica sua área de abrangência dentro do estado do Rio Grande do Sul, ofertando cursos técnicos, superiores e cursos de formação inicial continuada. A Instituição utiliza, para este fim, além da estrutura dos seus 14 Câmpus, a estrutura dos polos da Rede e-Tec Brasil e do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

### Áreas de Atuação

O IFSul orienta sua oferta formativa, em todos os seus níveis e modalidades, para a formação e qualificação de cidadãos com vistas à atuação profissional focada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

O IFSul oferta ensino verticalizado com atuação na Formação Básica, Educação Técnica, Tecnológica e Superior Graduação e Pós-graduação (lato e stricto sensu). O catálogo de cursos ofertados pelo IFSul está disponível no portal da Instituição, no endereço http://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/campus.

O desenvolvimento da educação profissional e tecnológica tem como fim prover processos educativos e investigativos voltados à geração e adaptação de soluções às demandas sociais e peculiaridades regionais. Além disso, a instituição representa um papel importante no fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, através das diversas ações desenvolvidas, como os programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica, o estímulo a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico, entre outras.

Na busca pelo cumprimento da sua missão institucional, sua atuação é pautada pela indissociabilidade entre **ensino, pesquisa e extensão**, promovendo a articulação como prática acadêmica vinculada ao processo de formação dos/as estudantes e de geração e compartilhamento de conhecimento.

Este processo coloca o/a estudante como protagonista de sua formação, visando o desenvolvimento de competências e conhecimentos necessários a sua formação cidadã e a sua atuação no mundo do trabalho, permitindo reconhecer-se como agente de transformação social.

## Diretrizes Institucionais

### Missão

Implementar processos educativos, públicos e gratuitos de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem a formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social.

### Visão

Ser reconhecido nacionalmente como instituição pública, inclusiva e gratuita, referência na educação profissional, científica e tecnológica, promovendo a inovação e o desenvolvimento regional e atuando como agente de transformação social.

### Valores

O IFSul se reconhece como instituição pública, gratuita e laica e se baliza pelos seguintes valores, calçados nos seus princípios previstos no Estatuto (IFSUL, 2020):

* JUSTIÇA SOCIAL, EQUIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: compromisso com a prática da justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
* PLURALIDADE: desenvolvimento da cultura do pensar e do fazer, associando-os às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
* EXCELÊNCIA: verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
* FORMAÇÃO INTEGRAL: compromisso com a formação humana, com a produção e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos;
* DIÁLOGO DE SABERES: organização didático-pedagógica dinâmica e flexível, com enfoque interdisciplinar, privilegiando o diálogo permanente com a realidade local e regional, sem abdicar dos aprofundamentos científicos, tecnológicos e humanísticos;
* DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: compromisso com a educação inclusiva, com a permanência do/a educando/a e com o processo educacional emancipatório; e
* GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: organização administrativa que possibilite aos diversos Câmpus, inserirem-se na realidade local e regional, oferecendo suas contribuições.

## Histórico de implantação e desenvolvimento da Instituição

A história da Rede Federal iniciou-se em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, criou 19 escolas de aprendizes artífices, configurando um marco na educação profissional brasileira. Apresentadas no início como instrumento de política voltada para as "classes desprovidas", essas escolas passaram por diversas transformações de acordo com as mudanças históricas, políticas e culturais ocorridas no país e no mundo (BRASIL, 1909).

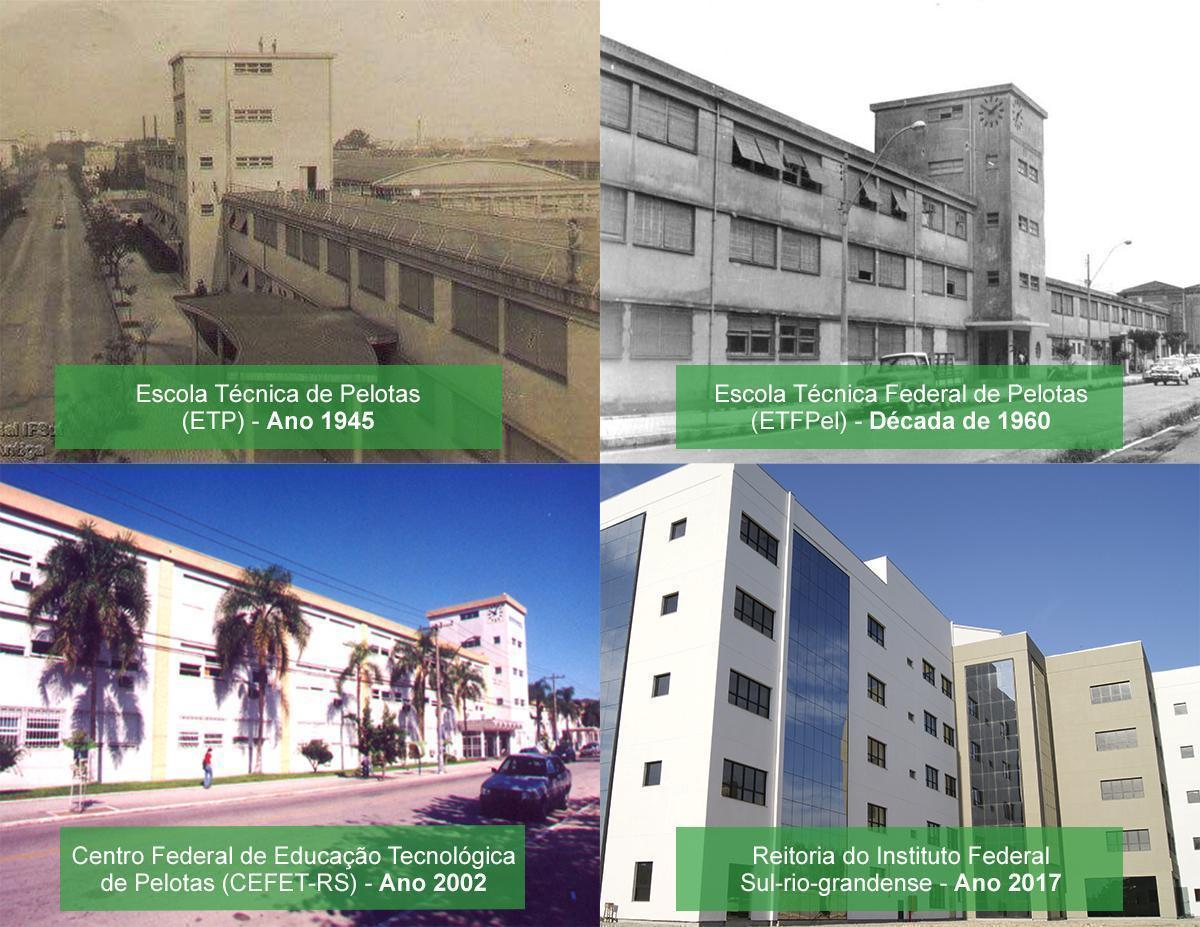
Assim como a Rede Federal, o IFSul tem uma história de transformação que se iniciou muito antes de se tornar um instituto de educação, ciência e tecnologia. Em 07 de julho de 1917, a Biblioteca Pública Pelotense sediou a assembleia de fundação da Escola de Artes e Ofícios, uma sociedade civil cujo objetivo era oferecer educação profissional para meninos pobres. O prédio foi construído mediante doações da comunidade, em terreno doado pela Intendência Municipal.

**Figura 2 – Linha do tempo de evolução da Instituição**



As aulas tiveram início em 1930, quando o município assumiu a Escola de Artes e Ofícios e instituiu a Escola Technico Profissional que, posteriormente, passou a denominar-se Instituto Profissional Técnico e cujos cursos compreendiam grupos de ofícios divididos em seções: Madeira, Metal, Artes Construtivas e Decorativas, Trabalho de Couro e Eletro-Chimica.

**Figura 3 – Prédios da Instituição ao longo do tempo**

****

O Instituto Profissional Técnico funcionou por uma década, sendo extinto em 25 de maio de 1940, e seu prédio demolido para a construção da Escola Técnica de Pelotas. Em 1942, por meio do Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro (BRASIL, 1942), subscrito pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, foi criada a Escola Técnica de Pelotas (ETP), a primeira e única Instituição do gênero no estado do Rio Grande do Sul. Inaugurada em 11 de outubro de 1943, com a presença do Presidente Getúlio Vargas, começou suas atividades letivas em 1945, com cursos de curta duração (ciclos).

Neste primeiro ciclo do ensino industrial, os cursos estabelecidos foram: de Forja, Serralheria, Fundição, Mecânica de Automóveis, Máquinas e Instalações Elétricas, Aparelhos Elétricos, Telecomunicações, Carpintaria, Artes do Couro, Marcenaria, Alfaiataria, Tipografia e Encadernação.

A partir de 1953, foi oferecido o segundo ciclo da educação profissional, quando foi criado o primeiro curso técnico de Construção de Máquinas e Motores. Em 1959, a ETP foi caracterizada como autarquia Federal e, em 1965, passou a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas, adotando a sigla ETFPEL.

Com um papel social muito forte e reconhecidamente destacado na formação de técnicos industriais, a ETFPEL tornou-se uma instituição especializada e referência na oferta de educação profissional de nível médio, formando grande número de alunos nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial.

Neste processo, em 1996, a Instituição ampliou geograficamente sua atuação, com uma unidade descentralizada em Sapucaia do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre, para atuar na área de polímeros, atendendo à demanda do polo petroquímico da região.

Em 1999, por meio de Decreto Presidencial, efetivou-se a transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas CEFET-RS, o que possibilitou a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos.

Em 29 de dezembro de 2008, o CEFET-RS foi transformado, por meio da Lei nº 11.892, em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (BRASIL, 2008), instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, com sede e foro na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul.

## Organograma Institucional

O organograma completo está disponível no portal da Instituição, no endereço: http://organograma.ifsul.edu.br/

### Conselho Superior

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal Sul-rio-grandense, ao qual compete as decisões para execução da política geral, em conformidade com o estabelecido pelo presente estatuto, pelo Regimento Geral e regulamento próprio.

Observadas as disposições da legislação vigente, o Conselho Superior será constituído pelos seguintes membros:

1. O Reitor ou a Reitora, como presidente;
2. 01 (um/uma) representante de servidores docentes por campus, em funcionamento, eleito por seus pares;
3. 01 (um/uma) representante do corpo discente, por câmpus, em funcionamento, eleito por seus pares;
4. 01 (um/uma) representante de servidores técnico-administrativos, por campus em funcionamento, eleito por seus pares;
5. 01 (um/uma) representante de egressos/as, que não seja membro da comunidade acadêmica, eleito por seus pares;
6. 03 (três) representantes da sociedade civil, sendo 01 (um/uma) das entidades patronais, 01 (um/uma) da entidade de trabalhadores da instituição, 01 (um/uma) do setor público e/ou empresas estatais;
7. 01 (um/uma) representante do Ministério da Educação, indicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;
8. 01 (um/uma) representante do Colégio de Dirigentes por campus.

Compete ao Conselho Superior:

1. aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor do Instituto Federal Sul-rio-grandense e dos Diretores-Gerais, dos campi, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei no. 11.892/2008;
2. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal Sul-rio-grandense e zelar pela execução de sua política educacional;
3. aprovar a estrutura organizacional e o Regimento Geral do Instituto Federal Sul-rio-grandense, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica;
4. aprovar os regulamentos dos demais órgãos colegiados do Instituto;
5. aprovar os planos de desenvolvimento institucional, o projeto político- pedagógico e a organização didática;
6. aprovar o plano de ação e apreciar proposta orçamentária anual encaminhada pelo Colégio de Dirigentes;
7. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
8. apreciar e aprovar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual;
9. autorizar a criação e a extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense, bem como o registro de diplomas;
10. autorizar o/a Reitor/a a conferir títulos de mérito acadêmico;
11. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, excetuando-se os de primeira via, relativos aos cursos regulares, que deverão ser gratuitos;
12. delegar competências deliberativas aos órgãos colegiados do Instituto;
13. deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

### Reitoria

Localizada na cidade de Pelotas/RS, a reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) é o órgão executivo responsável pela coordenação de quatorze câmpus: Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Jaguarão, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Pelotas-Visconde da Graça, Santana do Livramento, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Venâncio Aires. Tem entre suas principais funções implementar e desenvolver políticas educacionais e administrativas, além coordenar e supervisionar a gestão sistêmica do instituto federal, seguindo diretrizes institucionais preestabelecidas.

A reitoria tem a seguinte estrutura organizacional:

* Gabinete do Reitor ou da Reitora;
* Vice-reitoria;
* Pró-reitoria de Gestão de Pessoas;
* Pró-reitoria de Administração e Planejamento;
* Pró-reitoria de Ensino;
* Pró-reitoria de Extensão e Cultura;
* Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação;
* Diretoria de Assuntos Internacionais;
* Diretoria Executiva da Reitoria;
* Diretoria de Projetos e Obras;
* Diretoria de Desenvolvimento Institucional;
* Diretoria de Tecnologia da Informação;
* Procuradoria Federal;
* Ouvidoria;
* Assessoria do Reitor ou da Reitora.

### Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria e será constituído:

1. pelo Reitor ou Reitora, como presidente;
2. pelos Pró-Reitores e Pró-reitoras; e
3. pelos Diretores e Diretoras de Câmpus.

Compete ao Colégio de Dirigentes:

1. apreciar a distribuição interna de recursos;
2. apreciar as propostas de criação e de extinção de cursos;
3. apreciar e recomendar as propostas e as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para a elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
4. apreciar o calendário acadêmico;
5. apreciar as normas de aperfeiçoamento da gestão; e
6. apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

O colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, as atas das reuniões do Colégio de Dirigentes devem ser publicadas na página do IFSul em 7 (sete) dias úteis após a sua aprovação.

### Diretorias Sistêmicas

#### 1.5.4.1 Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Reitoria é o órgão responsável por articular atividades administrativas da Reitoria, dentre elas, o processo de seleção de estagiários, de estudantes e servidores, o processo de convênios, as demandas operacionais e estratégicas para o desenvolvimento das atividades da reitoria, o suporte à Reitoria, às Pró-reitorias, às Direções dos Câmpus, às Diretorias e Assessorias da Reitoria, em projetos e atividades nas áreas de atuação do IFSul.

#### 1.5.4.2 Diretoria de Desenvolvimento Institucional

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional, dirigida por um/a Diretor/a nomeado/a pelo/a Reitor/a, é o órgão executivo que planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de desenvolvimento e a articulação entre as Pró-reitorias e os Câmpus.

À Diretoria de Desenvolvimento Institucional compete:

1. prestar assessoramento ao/a Reitor/a em assuntos de planejamento e desenvolvimento;
2. supervisionar a elaboração, monitoramento e avaliação dos planos estratégicos do IFSul;
3. promover a articulação entre as Pró-reitorias e os Câmpus;
4. coordenar a elaboração e o desenvolvimento do Regimento Geral e da Estrutura Organizacional do IFSul;
5. orientar e dar suporte à elaboração dos Regimentos Internos dos Câmpus;
6. manter atualizada a Estrutura Organizacional do IFSul nos sistemas próprios de publicização e de controle;
7. promover a padronização dos procedimentos comuns aos Câmpus do IFSul ou Reitoria; e cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos colegiados superiores.
8. cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos colegiados superiores.

#### 1.5.4.3 Diretoria de Assuntos Internacionais

A Diretoria de Assuntos Internacionais – ligada à Reitoria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, possui como objetivo estimular e operacionalizar trocas de experiências entre as várias instâncias de trabalho deste IF e instituições nacionais e internacionais, tais como intercâmbio de alunos/as e servidores (docentes/pesquisadores; técnico-administrativos) e desenvolvimento de projetos interinstitucionais, dando ênfase a qualquer atividade relacionada com a cooperação nacional e internacional.

As atribuições principais desta Diretoria são:

1. estabelecer vínculos de cooperação entre o Instituto Federal Sul-rio-grandense e instituições nacionais e internacionais;
2. planejar, coordenar e executar as ações que promovam o relacionamento internacional;
3. produzir e encaminhar propostas dos vários setores de trabalho do IFSul para organismos de fomento internacional;
4. acompanhar o desenvolvimento de propostas junto aos organismos de fomento;
5. gestionar, em articulação com os diversos setores operacionais do IFSul, junto a entidades financiadoras públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, buscando a captação de recursos para o desenvolvimento de planos, estudos e projetos nas múltiplas áreas do conhecimento;
6. promover intercâmbio com instituições similares ao IFSul, instituições universitárias e outros organismos nacionais e internacionais, estimulando o desenvolvimento de projetos, estudos, estágios, cursos e pesquisas nas diversas áreas do conhecimento;
7. estabelecer vínculos com outros organismos internacionais que desempenham atividades correlatas, visando ao constante fortalecimento e ao aperfeiçoamento das ações do IFSul;
8. divulgar informações sobre cursos, bolsas de estudo e programas de instituições internacionais.

##### 1.5.4.3.1 Núcleo de Idiomas

O Núcleo de Idiomas do IFSul, vinculado à Diretoria de Assuntos Internacionais, tem como objetivo propor uma nova política de ensino de línguas na instituição, a partir de discussões das práticas dos docentes de línguas e o uso de tecnologias de educação a distância. A oferta de vagas para estudantes e servidores do IFSul para os cursos de idiomas espanhol e inglês por meio do projeto e-Tec Idiomas Sem Fronteiras, oportuniza o acesso mais amplo a cursos de idiomas para toda a comunidade, bem como oferece certificação em níveis internacionais para aqueles que desejam continuar seus estudos na pós-graduação ou realizar programas de intercâmbio.

O Núcleo também é responsável pela aplicação de testes de proficiência internacionais e pela capacitação de professores e tutores dos cursos do e-Tec Idiomas.

##### 1.5.4.3.2 Instituições Parceiras

No quadro abaixo estão listadas as Instituições com as quais o Instituto Federal Sul-rio-grandense possui um Protocolo de Intenções vigente, o qual possibilita ações conjuntas no futuro, a serem formalizadas através de Convênios Específicos.

Os Convênios Específicos são acordos entre duas ou mais Instituições públicas ou privadas celebrados a fim de executar mobilidade, dupla diplomação ou outras ações de interesse comum.

**Quadro 2 – Instituições que possuem convênio com o IFSul**

| **País** | **Instituição** | **Prazo** |
| --- | --- | --- |
| **Brasil** | **AFS Intercultura Brasil - Rio de Janeiro, RJ** | **Indeterminado** |
| **Canadá** | **Concordia University of Edmonton** | **14/05/2026** |
| **Colômbia** | **Fundación Tecnologica Liderazgo Canadiense Internacional (LCI) - Bogotá** | **Indeterminado** |
| **Espanha** | **Universidad de Vigo – Vigo** | **Indeterminado** |
| **Estados Unidos** | **Alamo Colleges (AC) - San Antonio, Texas**  **Buffalo State University - Buffalo, NY** | **Indeterminado**  **Indeterminado** |
| **França** | **Lycée Eugène Livet - Nantes**  **Sigma Clermont – Aubière, Clermont-Ferrand** | **Indeterminado** |
| **Portugal** | **Instituto Politécnico de Bragança (IPB) - Bragança**  **Instituto Politécnico do Porto - Porto** | **Indeterminado** |
| **Uruguai** | **Dirección General de Educaión Técnico Professional - Universidad del Trabajo del Uruguay (DGETP - UTU) - Montevidéu**  **Universidad Tecnológica – UTEC - Montevidéu** | **Indeterminado**    **Indeterminado** |

##### 1.5.4.3.3 Cursos Binacionais

As escolas de fronteira, ao oferecerem os cursos binacionais, trouxeram um inegável avanço na Educação Tecnológica brasileira e na dos países vizinhos. Brasil, Uruguai e Argentina que, desde a década de 90, através das discussões no âmbito do Mercosul, ensaiavam a concretização desta parceria pioneira. Em 2006 o Instituto Federal Sul-rio-grandense, ainda na condição de CEFET, estabeleceu uma importante relação com *Consejo de Educación Técnico Profesional* - *Universidad del Trabajo del Uruguay* (CETP-UTU) em reunião realizada em Montevidéu com a ABC do Ministério das Relações Exteriores. Já em 2007, foram realizados cursos de capacitação envolvendo docentes do IFSul e mais de 100 servidores do CETP-UTU.

A criação dos Institutos Federais, em dezembro de 2008, possibilitou ações mais concretas com o objetivo de oferecer aos/as jovens brasileiros e de países fronteiriços uma formação profissional com respaldo de uma diplomação binacional. A autorização de funcionamento do câmpus Santana do Livramento, em 2010, aliado à Escola Técnica de Rivera, veio garantir efetivamente o começo dos cursos. Com câmpus Avançado Jaguarão, em 2014, ampliaram-se as alternativas educacionais, com a oferta de dois novos cursos juntamente com a Escola Técnica de Rio Branco, no Uruguai.

A parceria entre o IFSul e o CETP-UTU se estabelece como referência para os demais Institutos Federais na diplomação binacional de estudantes de dois países de fronteira. Dessa forma o IFSul quer fortalecer a relação já existente e ampliar as oportunidades na Educação Tecnológica ofertando cursos superiores binacionais, cuja proposição foi apresentada no 2º Encontro dos Institutos de Fronteira do CONIF, em setembro de 2015.

#### 1.5.4.4 Diretoria de Tecnologia e Informação

A Diretoria de Tecnologia da Informação é o órgão que planeja, supervisiona, orienta e controla as atividades relacionadas às políticas de Tecnologia da Informação.

A esta Diretoria compete:

1. propor políticas e diretrizes da área de tecnologia da informação do IFSul;
2. propor normas e metodologias de desenvolvimento de sistemas informatizados e dos procedimentos para aquisição, suporte e manutenção de equipamentos e serviços do IFSul;
3. propor diretrizes para os sistemas e para a infraestrutura de tecnologia da informação aos Câmpus;
4. propor a padronização e as especificação dos recursos de TI dimensionados às necessidades da instituição em conjunto com o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação;
5. orientar e acompanhar os Câmpus na aquisição e manutenção dos links de comunicação de dados;
6. prover a informatização de processos conforme necessidade da instituição;
7. administrar os recursos computacionais sob sua responsabilidade;
8. assessorar os Câmpus quanto aos assuntos de tecnologia da informação;
9. garantir a segurança e integridade das informações;
10. assegurar o alinhamento de tecnologias da informação com o Plano de Desenvolvimento Institucional através do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
11. realizar a pesquisa de soluções tecnológicas em todas as áreas de atuação da Diretoria de Tecnologia da Informação;
12. atuar junto aos Câmpus para que novas soluções sejam desenvolvidas;
13. promover e incentivar a participação em cursos de capacitação para qualificar os servidores de Tecnologia da Informação do IFSul;
14. zelar pela Política de Segurança da Informação e seus regulamentos;
15. elaborar Termos de Referência e coordenar o processo de aquisição de bens e serviços de TI;
16. auxiliar nas atualizações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
17. fiscalizar e acompanhar os contratos de Tecnologia da Informação da Reitoria;
18. coordenar ações para promover a Política de Segurança da Informação no IFSul;
19. qualificar a área de Tecnologia da Informação do IFSul adequando processos de acordo com modelos de governança de TI; e
20. divulgar e incentivar a utilização de ferramentas de colaboração.

A maioria dos Câmpus do IFSul possui uma coordenadoria de TI, ligada ao Departamento de Administração, com exceção do Câmpus Pelotas que, devido sua dimensão, possui duas coordenações e um departamento de TI ligado à Diretoria de Administração e de Planejamento.

### Comissões

#### 1.5.5.1 CPA

Coordena os processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

#### 1.5.5.2 CPPD

Presta assessoramento à Reitora ou ao Reitor na formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

#### 1.5.5.3 Comissão de Ética

Zela pelo cumprimento do Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

#### 1.5.5.4 Comissão de Ética na utilização de animais

Analisa e delibera sobre todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão que utilizem animais*.* Obrigatório para todos os cursos que contemplem no PPC a utilização de animais em suas pesquisas.

Descrever que o Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA) está homologado pela CONEP, pertence à própria instituição e presta atendimento a instituições parceiras.

### Governança

O Comitê de Governança, Riscos e Controles é responsável por estabelecer um ambiente institucional de governança, controle interno e gestão de riscos no âmbito do IFSul. A composição do Comitê de Governança, Riscos e Controles consta na Portaria nº 1.084/2017, disponível no portal eletrônico da Instituição, e suas competências foram determinadas pela Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016.

## Câmpus Pelotas

## Apresentação

O Campus Pelotas do IFSul tem uma história centenária que tornou a cidade de Pelotas referência em Educação Profissional, Científica e Tecnológica em todo o território nacional.

Tem por objetivo desenvolver o ensino, a pesquisa e extensão em conformidade com a legislação vigente e com as diretrizes, normas e regulamentações estabelecidas pelo Conselho Superior e pela Reitoria do IFSul.

Oferta atualmente cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Técnicos de Nível Médio na forma concomitante, integrada e subsequente, Superiores de Graduação (Tecnólogos, Bacharelados, Engenharias e Licenciaturas) e de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu (Mestrados e Doutorado).

Caracteriza-se por ser uma das poucas instituições no país que ofertam todos os tipos de cursos previstos na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional brasileira.

Possui infraestrutura de 48.791m² de área construída, em três pavimentos, com 58 salas de aula ou de desenho, 120 laboratórios específicos e 50 oficinas, somando aproximadamente 17.000m² de área para a educação profissional, científica e tecnológica.

Possui biblioteca com acervo físico e digital e espaço para estudo em grupo e individual, auditório central para aproximadamente 300 pessoas, cinco mini auditórios, refeitório com capacidade para oferta de 500 refeições por dia para estudantes em vulnerabilidade social, cantina, gráfica para produção de material digital e material impresso, além de gabinete médico e odontológico com médicos, dentistas e enfermeiros à disposição da comunidade acadêmica nos três turnos de atuação da instituição.

Para a prática de esportes dispõe de um ginásio coberto, duas quadras poliesportivas, uma quadra de areia para futebol de sete ou vôlei de praia, uma pista de atletismo com 7.000 m², espaço para musculação, ginástica, xadrez, tênis de mesa, entre outras atividades extraclasse.

Dois amplos jardins e um extenso saguão são utilizados pela comunidade acadêmica para convivência, integração, exposições, feiras e eventos em geral.

As representações estudantis possuem espaço exclusivo para o desenvolvimento de suas atividades como reuniões, orientações aos demais estudantes, debates e confraternizações.

Além disso, possui uma Coordenadoria de Assistência Estudantil (COAE) com equipe multidisciplinar à disposição da comunidade acadêmica, contando com servidores e profissionais terceirizados das áreas de Serviço Social, Psicologia, Nutrição e Tradução e Interpretação de Libras.

Os servidores e profissionais terceirizados da equipe de assessoramento pedagógico compõem a Coordenadoria de Apoio Pedagógico (COAP), contando com supervisores pedagógicos, orientadores educacionais e psicopedagogos para atendimento educacional especializado, além de estagiários de pedagogia.

Possui diferentes núcleos de apoio à gestão do campus e à comunidade em temas relacionados ao atendimento de pessoas com deficiências, aos estudos afro-brasileiros e indígenas, às questões de gênero e diversidade, à gestão ambiental e integrada, ao desenvolvimento da economia solidária, aos assuntos internacionais, ao desenvolvimento de projetos sociais e à capacitação.

No total são 212 servidores técnico-administrativos e 353 docentes atuando diariamente nas atividades de ensino, extensão, pesquisa, administração, coordenação e assessoramento pedagógico, visando o acesso, a permanência, a aprendizagem e o êxito dos estudantes.

Conta, ainda, com equipe de profissionais terceirizados das áreas de higienização, manutenção elétrica e hidráulica, serviços gerais, marcenaria, serralheria e refrigeração, que para além da manutenção de toda a infraestrutura possibilitam a produção de mobiliários específicos para as mais variadas atividades acadêmicas.

****

**Figura 4 – Fachada do Campus Pelotas**

****

**Figura 5 – Imagem aérea do Campus Pelotas**

## Endereço de funcionamento

O Campus Pelotas está localizado na Praça Vinte de Setembro, nº 455, centro, CEP nº 96015-360, Pelotas, Rio Grande do Sul.

## Bases legais de funcionamento

Com a transformação da instituição em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, a partir da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, a nova Portaria de autorização de funcionamento do Campus Pelotas passou a ser a Portaria MEC nº 4, de 6 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União no dia 7 de janeiro de 2009.

## Histórico do Câmpus

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) tem sua origem no hoje Campus Pelotas, considerada Instituição de educação profissional pioneira e modelo de excelência em todo o país.

Em 1917, o prédio abrigava a Escola de Artes e Officios, que em 1930 passa a ser a Escola Technico-Profissional - instituída pelo município para viabilizar seu funcionamento.

A Escola Técnica de Pelotas (ETP), em 1942, é criada pelo Presidente Getúlio Dorneles Vargas, mediante gestões e ações de Luiz Simões Lopes. É inaugurada em 1943 e tem o início de suas atividades letivas em 1945.

O primeiro curso técnico da ETP foi o curso de Construção de Máquinas e Motores, do qual é originário o atual curso Técnico em Mecânica. Ele foi implantado em 1953 graças à mobilização dos alunos e ao apoio do influente político pelotense Ary Rodrigues Alcântara, paraninfo da primeira turma de formandos.

No ano de 1959, a Escola Técnica de Pelotas passa a autarquia Federal, e em 1965 passa a se denominar Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL).

Em 1994, o Ministro da Educação encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de um Sistema Nacional de Educação Tecnológica e de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica. Em dezembro desse mesmo ano, foi editada a Lei que previu a transformação Institucional de todas as Escolas Técnicas da Rede Federal em CEFETs, exigindo processo individualizado para implantação gradativa de cada Centro, segundo critérios fixados pelo Poder Público.

Também em 1994, foi reconhecida a regularidade de estudos do Curso Técnico de Desenho Industrial. Nesta época, a Escola oferecia oito Cursos Técnicos Integrados de Nível Médio: Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Telecomunicações, Eletromecânica, Química e Desenho Industrial.

A transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas - CEFET-RS ocorreu em 1999, o que possibilitou, além da oferta dos Cursos Técnicos de Nível Médio, oferta de Cursos Superiores e de Pós-graduação, incentivando ainda mais a pesquisa, a elaboração de projetos e convênios, com foco nos avanços tecnológicos.

Posteriormente passou a fazer parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, criado a partir do CEFET-RS, mediante Lei n°11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O Instituto Federal, caracterizado pela verticalização do ensino, oferta educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, assim como articula a educação superior, básica e tecnológica.

Neste campus, estão em funcionamento dez cursos técnicos de nível médio, oito cursos de graduação, três especializações, dois mestrados e um doutorado, todos ofertados na modalidade presencial. Além disso, o campus possui ofertas de cursos na modalidade a distância, tanto de nível técnico quanto de nível superior, atreladas às políticas públicas de fomento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) vinculadas ao Ministério da Educação (MEC). Conta, ainda, com a oferta de cursos de qualificação profissionais, de formação inicial e continuada (FIC), conforme a demanda da sociedade.

O Campus Pelotas vem atendendo uma média de 5000 alunos por ano, orientando, formando e colocando no mundo do trabalho jovens aptos a iniciarem uma carreira promissora, com competência, atitude e profissionalismo.

## Organograma do Câmpus

O organograma completo está disponível no portal da Instituição, no endereço: http://organograma.ifsul.edu.br/

### Diretorias e Departamentos

O Campus tem a seguinte estrutura organizacional:

● Diretoria Geral

● Assessoria do Gabinete do Diretor

● Diretoria de Administração e Planejamento

o Departamento de Administração

o Departamento de Manutenção da Estrutura

o Departamento de Tecnologia da Informação

● Diretoria de Ensino

o Departamento de Aprendizagem, Permanência e Êxito

o Departamento de Ensino de Formação Geral

o Departamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação

o Departamento de Ensino Técnico de Nível Médio

o Departamento de Estrutura Funcional do Ensino

o Departamento de Registros Acadêmicos

● Diretoria de Pesquisa e Extensão

### Coordenadorias

Ao todo 63 coordenadorias compõem a estrutura organizacional do campus Pelotas, sendo distribuídas em 18 coordenadorias ligadas à Diretoria de Administração e Planejamento, 59 coordenadorias ligadas à Diretoria de Ensino e 6 coordenadorias ligadas à Diretoria de Pesquisa e Extensão.

● Diretoria de Administração e Planejamento

▪ Coordenadoria de Apoio à Gestão de Pessoas

▪ Coordenadoria de Apoio a Projetos E Obras

▪ Coordenadoria de Apoio a Projetos

o Departamento de Administração

▪ Coordenadoria de Almoxarifado

▪ Coordenadoria de Apoio à Gestão de Contratos

▪ Coordenadoria de Apoio à Gestão de Patrimônio

▪ Coordenadoria de Compras

▪ Coordenadoria de Contabilidade e Orçamento

▪ Coordenadoria de Protocolo, Arquivo e Transporte

▪ Coordenadoria Financeira

o Departamento de Manutenção da Estrutura

▪ Coordenadoria de Instalação e Manutenção de Refrigeração

▪ Coordenadoria de Instalação e Manutenção Elétrica

▪ Coordenadoria de Instalação e Manutenção Telefônica

▪ Coordenadoria de Manutenção da Construção Civil

▪ Coordenadoria de Manutenção de Esquadrias e Móveis

▪ Coordenadoria de Manutenção Mecânica e Serviços

o Departamento de Tecnologia da Informação

▪ Coordenadoria de Manutenção e Redes

▪ Coordenadoria de Sistemas de Gestão

● Diretoria de Ensino

▪ Coordenadoria de Apoio ao Planejamento e Execução do Período Letivo

▪ Coordenadoria de Educação à Distância

o Departamento de Aprendizagem, Permanência e Êxito

▪ Coordenadoria de Apoio Pedagógico

▪ Coordenadoria de Assistência Estudantil

o Departamento de Ensino de Formação Geral

▪ Coordenadoria da Área Física da Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias

▪ Coordenadoria da Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias

▪ Coordenadoria da Disciplina de Biologia

▪ Coordenadoria da Disciplina de Física

▪ Coordenadoria da Disciplina de Matemática

▪ Coordenadoria da Disciplina de Química

▪ Coordenadoria da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias

▪ Coordenadoria da Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

▪ Coordenadoria da Área Física da Disciplina de Educação Física

▪ Coordenadoria da Disciplina de Educação Física

o Departamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação

▪ Coordenadoria de Área Física do Curso de Formação Pedagógica Para Graduados Não Licenciados

▪ Coordenadoria de Área Física do Curso de Engenharia Elétrica

▪ Coordenadoria de Área Física do Curso Superior de Engenharia Química

▪ Coordenadoria de Área Física do Curso Superior de Licenciatura em Computação

▪ Coordenadoria de Área Física do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet

▪ Coordenadoria de Área Física dos Cursos de Gestão Ambiental e Saneamento Ambiental

▪ Coordenadoria do Curso de Pós-Graduação em Educação

▪ Coordenadoria do Curso de Pós-Graduação em Esporte Escolar

▪ Coordenadoria do Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados

▪ Coordenadoria do Curso de Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia

▪ Coordenadoria do Curso de Mestrado Profissional em Engenharia e Ciências Ambientais

▪ Coordenadoria do Curso de Pós-Graduação em Linguagens Verbo Visuais e Tecnologias

▪ Coordenadoria do Curso Superior de Bacharelado em Design

▪ Coordenadoria do Curso Superior de Engenharia Elétrica

▪ Coordenadoria do Curso Superior de Engenharia Química

▪ Coordenadoria do Curso Superior de Licenciatura em Computação

▪ Coordenadoria do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental

▪ Coordenadoria do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental

▪ Coordenadoria do Curso Superior de Tecnologia em Sistemas Para Internet

o Departamento de Ensino Técnico de Nível Médio

▪ Coordenadoria de Área Física dos Cursos de Design

▪ Coordenadoria de Área Física do Curso Técnico de Edificações

▪ Coordenadoria de Área Física do Curso Técnico de Eletromecânica

▪ Coordenadoria de Área Física do Curso Técnico de Eletrônica

▪ Coordenadoria de Área Física do Curso Técnico de Eletrotécnica

▪ Coordenadoria de Área Física do Curso Técnico de Mecânica

▪ Coordenadoria de Área Física do Curso Técnico de Química

▪ Coordenadoria de Área Física do Curso Técnico em Telecomunicações

▪ Coordenadoria de Cursos da Modalidade Eja

▪ Coordenadoria do Curso Técnico de Edificações

▪ Coordenadoria do Curso Técnico de Eletromecânica

▪ Coordenadoria do Curso Técnico de Eletrônica

▪ Coordenadoria do Curso Técnico de Eletrotécnica

▪ Coordenadoria do Curso Técnico de Mecânica

▪ Coordenadoria do Curso Técnico de Química

▪ Coordenadoria do Curso Técnico em Comunicação Visual

▪ Coordenadoria do Curso Técnico em Design de Interiores

▪ Coordenadoria do Curso Técnico em Telecomunicações

o Departamento de Estrutura Funcional do Ensino

▪ Coordenadoria da Biblioteca

▪ Coordenadoria de Administração Escolar – Manhã

▪ Coordenadoria de Administração Escolar – Noite

▪ Coordenadoria de Administração Escolar – Tarde

▪ Coordenadoria de Apoio à Atividades de Audiovisual

▪ Coordenadoria de Produção e Editoração Gráfica

o Departamento de Registros Acadêmicos

▪ Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Ensino de Graduação e de Pós-Graduação

▪ Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Ensino Técnico de Nível Médio

● Diretoria de Pesquisa e Extensão

▪ Coordenadoria de Apoio à Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico

▪ Coordenadoria de Atividades Culturais

▪ Coordenadoria de Eventos

▪ Coordenadoria de Formação Inicial e Continuada

▪ Coordenadoria dos Serviços de Integração com Empresas

▪ Coordenadoria de Apoio a Estágios

### Núcleos

O campus Pelotas possui 9 núcleos que são: Núcleo de Assuntos Internacionais - NAI, Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, Núcleo de Capacitação – NUCAP, Núcleo de Economia Solidária - NESOL, Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI, Núcleo de Gênero e Diversidade – NUGED, Núcleo de Gestão Ambiental Integrada – NUGAI, Núcleo de Memória e Patrimônio Histórico do Campus – NMPH e Núcleo de Projetos Sociais - NUPS.

## Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental

## Apresentação

**Quadro 3 – Identificação do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental**

| **Mantenedora:** Ministério da Educação  **IES:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense |
| --- |
| **Natureza Jurídica:** Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal |
| **CNPJ da mantenedora:** 10.729.992/0001-46 |
| **Endereço: Praça Vinte de setembro, 455**  **Centro - Pelotas**  **96015-360** |
| **Fone: (53) 21231046** |
| **Site:**[www.pelotas.ifsul.edu.br](http://www.ifsul.edu.br)  **E-mail: pl-cstsa@ifsul.edu.br** |
| Ato Regulatório: Reconhecimento de Curso  Nº documento: Portaria n. 1.041 DOU seção 1 n.82,  Data de Publicação: 30 abril de 2004  Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo |
| **Ato Regulatório:** Renovação de Reconhecimento de Curso  Nº documento: Portaria n.286  Data de Publicação: 21 de dezembro de 2012  Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo |
| **Titulação: Tecnólogo em Saneamento Ambiental** |
| **CC – Conceito de Curso:** |
| **Conceito Enade: 3 (2011)** |
| **CPC – Conceito Preliminar de Curso: 3 (2011)** |

**Quadro 4 – Oferta curricular do curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental**

| **Regime do Curso:** Semestral |
| --- |
| **Regime de Matrícula:** Disciplina |
| **Regime de Ingresso:** Semestral |
| **Turno de Oferta:** Tarde e Noite |
| **Número de vagas:** 30 |
| **Duração do Curso:** 6 semestres |
| **Carga horária em disciplinas obrigatórias:** 1980 h |
| **Carga horária em disciplinas eletivas:** NSA |
| **Carga horária em Estágio Supervisionado Obrigatório (se houver):** 220h |
| **Carga horária em atividades curriculares de Extensão:** 225h |
| **Carga horária em atividades curriculares de Pesquisa:** 120h |
| **Carga horária em Trabalho de Conclusão de Curso:** NSA |
| **Carga horária em Atividades Complementares:** NSA |
| **Carga horária total do Curso: 2200 h** |
| **Carga horária em disciplinas Optativas:** 60h |

## Bases Legais

O Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental foi elaborado e baseia-se nas seguintes legislações:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) aprovado pela Lei nº 9.394/96;

Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei nº 13.005/2014;

Resolução nº 1/2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

Resolução CNE/CES nº 3/2007 - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências;

Resolução CONAES nº 01/2010 - Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;

Portaria MEC nº 413/ 2016 - [Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia 2016](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192);

[Resolução CNE/CP nº 1/2021](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192) - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;

Decreto nº 5.626/2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000/Resolução nº 130/2014;

Resolução nº 7/2018 do CES/CNE - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2001, que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024 e dá outras providências;

[Parecer CNE/CES nº 19/2008, aprovado em 31 de janeiro de 2008](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pces019_08.pdf) - Consulta sobre o aproveitamento de competência de que trata o art. 9º da Resolução CNE/CP nº 3/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia;

Parecer CNE/CES n° 776/1997; Parecer CNE/CES n° 583/2001; Parecer CNE/CES n° 67/2003 (Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, carga horária mínima e tempo de integralização);

Lei nº 11.645/2008 - Altera a Lei no 9.394/ 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;

Lei 11.788/2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;

Portaria MEC nº 3.284/03 - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;

Lei n° 9.795/1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;

Decreto n° 4.281/2002 - Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;

Resolução nº 51/2016 do CONSUP/IFSul - Regulamento da Política de Inclusão e Acessibilidade;

[Resolução 148/2017](http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/683-resolucao-148-2017) do CONSUP/IFSul - Altera Regulamento da Política de Inclusão e Acessibilidade;

Decreto nº 5.296/2004[.](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%205.296-2004?OpenDocument) Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

Lei no 10.048/2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências;

Lei nº 12.711/2012-CN que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio;

Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

Portaria no 2.117/ 2019 do CN - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;

Portaria 1.162/ 2018-CN - Regulamenta o conceito de Aluno-Equivalente e de Relação Aluno por Professor, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

[Decreto N°10.502/2020 –](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948) Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida;

Decreto nº 7.611/2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;

Resolução nº 1/2012 do CNE- Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

Instrumento de Avaliação de Cursos Superiores de Graduação Presencial e a Distância (BRASIL, 1996).

**Base Orientadora Institucional:**

Organização Didática do IFSul. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/projeto-pedagogico-institucional/item/113-organizacao-didatica>

Regimento Geral e Regimento Interno do Campus/IFSUL- Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regimento-geral>

Regulamentos Institucionais. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/projeto-pedagogico-institucional/itemlist/category/51-regulamentos-institucionais>

[Instrução Normativa PROEN nº 01/2016](http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/download/2794_3791747bbc72a7e787083958cfd19bd2). Referenciais Curriculares para Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos e de Graduação do IFSul. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>

[Resolução nº 33/2012](http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/download/2413_86da4c5b23d822f6db826ba4b422431c). Define os procedimentos para alteração de conteúdos e/ou bibliografias que já tenham sido aprovados pela Câmara de Ensino e que tenham sido cursados em pelo menos um período letivo. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>

[Orientações para elaboração de programas de disciplinas - 2010.](http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/download/2414_ad3d37eae48ce1ecd2c33a90e533e90d) Orientações para o preenchimento dos formulários de programas de disciplinas. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>

[Orientação Normativa PROEN nº 01/2010](http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/download/2415_76384f32cfe882bb98d1bd476cd38e92). Orientações gerais para elaboração das ementas dos programas de disciplinas. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>

[Instrução Normativa PROEN nº 01/2019](http://www.ifsul.edu.br/acoes-inclusivas/documentos-acoes-inclusivas/item/1056-instrucao-normativa-comissao-de-heteroidentificacao). Regulamenta o ingresso de candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos) por cotas nos processos seletivos e concursos do IFSul. <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>

[Instrução Normativa PROEN nº 03/2016](http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/download/4136_20cc3cd8f423961b57ed726ae8ffc691). Dispõe sobre os procedimentos relativos ao planejamento de estratégias educacionais a serem dispensadas aos estudantes com deficiência. <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>

[Resolução nº 51/2016](http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/download/3359_94fc2e3467b8a7a5f6d23f3ff0460b77), retificada pela [Resolução nº 148/2017](http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/683-resolucao-148-2017). [Regulamento da Política de Inclusão e Acessibilidade.](http://www.ifsul.edu.br/images/documentos/politicaacessibilidade.pdf) <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>

[Resolução n° 15-2018](http://www.ifsul.edu.br/images/documentos/Resoluo_015-2018.pdf). Estabelece o [Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSul](http://images//documentos/Plano_Estrategico_Inst_Permanencia_e_Exito.pdf). <http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais>

Resolução da CE- IFSul nº 39 de 2021. Dispõe sobre o Modelo de PPC dos Cursos Superiores de Tecnologia; <http://www.ifsul.edu.br/modelos-de-documentos>

[Resolução n° 80/2014](http://portal2.ifsul.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=3430&Itemid=52)/IFSul. Trata dos estágios realizados por estudantes do IFSul, regidos pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. [http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-instituci](http://www.ifsul.edu.br/regulamentos-institucionais)onais

[Regulamento para Atividades Complementares](http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/download/4137_8316943c11f6211c331d01793600aaae). Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/modelos-de-documentos>

[Regulamento para Estágio](http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/download/4196_78b6688e2c36ce3f77db98a69cd5b1a7). Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/modelos-de-documentos>

[Regulamento para Trabalho de Conclusão de Curso](http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/download/4197_4fed42a719cb8f4c659b34503b596f73).Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/modelos-de-documentos>

**Registro do histórico dos documentos de alteração PPC do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental**

Portaria n° 547/1999 autoriza o funcionamento do Curso de Tecnologia Ambiental a partir do período letivo do ano de 2000.

Termo de aprovação n° 002/2002 aprova a proposta de criação do Curso Superior de Tecnologia Ambiental.

Termo de homologação n° 007/2002 homologa o parecer n° 002/2002 que aprova o Curso Superior de Tecnologia Ambiental.

Portaria n° 605/2002 aprova a implantação do Curso Superior de Tecnologia Ambiental.

Portaria n° 382/2003 designa a coordenadora do Curso Superior de Tecnologia Ambiental – ênfase em Saneamento Ambiental**.**

Portaria n° 274/2003 designa Comissão que realizará análise sobre as solicitações de reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia Ambiental – ênfase em Saneamento Ambiental.

Portaria n° 277/2003 designa Comissão que realizará análise sobre as solicitações de reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia Ambiental – ênfase em Saneamento Ambiental.

Portaria n° 1041/2004 reconhece pelo prazo de três anos o Curso Superior de Tecnologia Ambiental – ênfase em Saneamento Ambiental. O curso passará a denominar-se Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

Portaria n° 172/2004 altera a denominação do Curso Superior de Tecnologia Ambiental – ênfase em Saneamento Ambiental, para Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

Portaria n° 379/2004 aprova as alterações na grade curricular do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

Portaria n° 198/2008 aprova *ad referendum* a oferta de 20 vagas para o turno da tarde para o Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

Resolução n° 05/2008 aprova a Portaria n° 198/2008.

Portaria n° 330/2009 altera *ad referendum* a oferta de vagas para o segundo semestre de 2009, 25 vagas para o turno da noite no Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

Portaria n° 1169/2009 aprova *ad referendum* a inclusão da oferta de estágio não-obrigatório nos Projetos Pedagógicos do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

Resolução n° 20/2009 aprova a exclusão da disciplina de Geotecnia como pré-requisito da disciplina Disposição Final de Resíduos do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental. A exclusão das disciplinas Termodinâmica e Mecânica Aplicada como pré-requisito da disciplina Geotecnia Ambiental do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

Resolução n° 002/2010 homologa o teor das portarias aprovadas *ad referendum* do Conselho Superior.

Portaria n° 70/2010 renova o reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

Resolução n° 037/2011 aprova a disciplina de Libras como disciplina optativa dos Cursos Superiores de graduação dos Câmpus do IFSul.

Portaria n° 286/2012 renova o reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

Resolução n° 0014/2012 aprova a inclusão da disciplina de Sistema de Gestão Ambiental e Ecodesign do 4° semestre, como pré-requisito da disciplina de Avaliação de Impacto Ambiental do 5° semestre.

Portaria n° 03/2014 aprova a nova matriz curricular para o Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

Resolução n° 34/2014 aprova a portaria *ad referendum* 03/2014 que trata da nova matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

Resolução n° 105/2014 aprova a nova matriz curricular e as alterações na matriz de pré-requisitos do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

Resolução n° 36/2018 aprova alterações na matriz curricular, alterações na matriz de pré-requisitos, programas das disciplinas e de regulamentos do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento.

Resolução n° 155/2018 aprova alterações no Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento.

## Histórico do Curso

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) é uma instituição pertencente à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, criada pela Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia atuam com foco na educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, promovendo a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e a educação superior com tecnólogos, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação (*lato e stricto sensu*) otimizando a infraestrutura física, o quadro de pessoal e os recursos de gestão. Orientando sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

O Câmpus Pelotas é um dos Câmpus vinculados ao IFSul, instituição de educação profissional técnica de nível médio e superior de graduação e pós-graduação, que tem por objetivo ofertar à comunidade uma educação de qualidade, voltada às atuais necessidades científicas e tecnológicas, baseada nos avanços tecnológicos e no equilíbrio do meio ambiente.

Através de um Projeto Político Pedagógico fundamentado nos princípios da educação pública e gratuita, congrega ensino, pesquisa e extensão e prática produtiva, dentro de um modelo dinâmico de geração, socialização e aplicação de conhecimentos, possibilitando a formação integral mediante conhecimento humanístico, científico e tecnológico que ampliem as possibilidades de inclusão e desenvolvimento social.

O Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental (CSTSA) teve seu início em 2003/1, devido às características econômicas regionais predominantes na região sul, onde destacavam-se as atividades agropastoril, extração mineral e industrial. Desta maneira era evidenciada a carência de mão de obra qualificada de nível superior na área ambiental para atuar na região e no estado, em instituições como órgãos governamentais, prefeituras municipais e entidades interessadas em promover a conservação ambiental.

Assim o então CEFET, encaminhou para as indústrias que desempenham atividades na área de alimentos, fertilizantes, papel e celulose, petróleo e petroquímica, têxteis e metalomecânica, para órgãos governamentais, prefeituras municipais e entidades interessadas em promover a conservação ambiental um instrumento de sondagem onde apresentava o perfil profissional do egresso do Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

As empresas consultadas indicaram um perfil profissional atuante nas funções de tratamento de água, tratamento de resíduos sólidos e líquidos, monitoramento de resíduos, controle de parâmetros ambientais, manutenção de ETAs, programas de redução e reaproveitamento de resíduos, gerenciamento ambiental, entre outros.

Os órgãos governamentais como FEPAM, assim como a Secretaria de Serviços Urbanos, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, Saúde e Bem-estar da cidade de Pelotas e o Destacamento da Patrulha Ambiental da Brigada Militar (PATRAM) manifestaram-se positivamente quanto ao perfil proposto, destacando a importância e a necessidade deste profissional para a cidade e região.

As entidades não governamentais, com atuação na área ambiental, como Associação de Engenheiros e Arquitetos de Pelotas - AEAP, o Centro de Estudos Ambientais - CEA, e o Sindicato das Indústrias da Construção Civil e Moveleira da Região Sul - SINDUSCON, também se mostraram favoráveis à criação do Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental.

Os municípios da região, consultados através da Comissão de Meio Ambiente do COREDE/SUL, receberam a proposta com entusiasmo e manifestaram o seu apoio à implantação de um curso na área ambiental, já que as questões ambientais como água para consumo, resíduos urbanos e industriais e esgoto doméstico destacam-se cada vez mais como prioridades da população a serem atendidas pela administração pública municipal.

Considerando esse cenário é autorizado o funcionamento do Curso de Tecnologia Ambiental a partir do período letivo do ano de 2000 (Portaria n° 547/1999), sendo que em 2004, o curso passa a denominar-se Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental (Portaria n° 1041/2004).

Assim, o Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental do Câmpus Pelotas intenciona formar profissionais de nível superior capacitados a atuar na reflexão das questões ambientais e na resolução de problemas ambientais decorrentes das atividades antrópicas, além de promoverem a conscientização ambiental tão necessária à sociedade para que esta possa caminhar na direção da sustentabilidade, atendendo à qualidade de vida desta e das futuras gerações.

O currículo do curso é concebido como importante elemento da organização acadêmica, que orienta o processo de ensino e aprendizagem como um espaço de formação plural, dinâmico e multicultural, fundamentado nos referenciais socioantropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos em consonância com o perfil dos sujeitos acadêmicos. Está organizado em três anos, na forma semestral, e contempla as disciplinas necessárias à formação do futuro profissional, por meio de estudos que visem a articulação da teoria e prática, investigação e reflexão crítica.

Os objetivos que constam neste Projeto Pedagógico demonstram o compromisso com uma formação técnica e humanística, capacitando profissionais para o mundo do trabalho, mas que também possam atuar de forma comprometida com o desenvolvimento regional sustentável. Deverá ser um profissional ativo, consciente e responsável primando pela ética e democracia, portanto uma formação integral mediante o conhecimento humanístico, científico e tecnológico.

Os procedimentos didático-pedagógicos e administrativos que consubstanciam este projeto de Curso são regidos pela Organização didática do IFSul (IFSUL, 2012).

## Justificativa

O crescimento socioeconômico traz consigo novas oportunidades de trabalho, além de riquezas, e quando não atrelado ao desenvolvimento sustentável, também traz consequências ao meio ambiente. Sendo assim, se fazem necessárias ações que promovam a preservação ambiental, combate à poluição, além de investimentos em saneamento básico. Neste sentido, saneamento básico passa a ter a mesma conotação de saneamento ambiental, ou seja, como sendo o conjunto de ações socioeconômicas que tem por objetivos alcançar a “Salubridade Ambiental” por meio de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural (FUNASA, 2007).

Com a criação da Lei Federal nº 11.445/2007 (BRASIL, 2007), que estabelece a Política Federal de Saneamento Básico e orienta as ações do Governo por meio da definição de um conjunto amplo de diretrizes e objetivos; assim como institui o Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB, cujo objetivo é a universalização dos serviços de saneamento básico, através dos eixos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza e drenagem urbana, manejo dos resíduos sólidos e controle de vetores, a mesma prevê que as ações nos cinco eixos sejam realizadas de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente. De acordo com a Lei n° 11.445/2007 (BRASIL, 2007), as políticas públicas de saneamento básico deverão criar mecanismos de controle social, ou seja, formas de garantir à sociedade informações e participação no processo de formulação das medidas relacionadas ao setor.

O Brasil vem investindo na melhoria da qualidade de vida da população, através dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que no ano de 2015 investiu mais de 12,7 bilhões de reais em obras de saneamento no Brasil (BRASIL,2018). De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD (IBGE,2016), a cobertura de abastecimento de água no país aumentou de 83,9% em 2008 para 85,4% em 2015, já o acesso a rede de esgotamento sanitário passou de 59,3% em 2008 para 65,3% em 2015.

Na região Sul do Brasil o índice de abastecimento de água foi superior à média brasileira, apresentando 87,4% de domicílios com rede de abastecimento de água em 2015, porém o índice de esgotamento sanitário para a região Sul foi inferior à média brasileira para o mesmo período, apresentando apenas 38% dos domicílios com rede coletora de esgotos (IBGE, 2016). Sendo assim, para universalizar e qualificar os serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, da limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, da drenagem das águas pluviais e do controle ambiental de vetores são necessários esforços conjuntos do estado nas três esferas da Federação, da iniciativa privada e de toda população brasileira.

Segundo dados do Instituto Trata Brasil (ITB, 2018), para atingir as metas fixadas em 2013 pelo Plano Nacional de Saneamento Básico para universalizar os serviços de água e esgoto no Brasil até 2033, o Brasil precisaria investir cerca de R$300 bilhões. Devido a carência por serviços de saneamento básico adequado na Região Sul do Brasil, atrelada a necessidade de novos investimentos no setor e a pressão ambiental exigida por organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas –ONU, a Região Sul do estado do Rio Grande do Sul apresenta um quadro bastante propício à efetivação de um curso que enfoque essa área. Em virtude das condições locais e ambientais específicas, a mesma é alvo de uma expansão das atividades agropecuárias, mineração e de urbanização, podendo gerar consequências desastrosas, caso não se estabeleçam critérios e normas a serem obedecidos, no delineamento do desenvolvimento do Estado.

Com o crescimento demográfico e a modernização urbana, as Instituições públicas e privadas devem oferecer serviços de boa qualidade à população no que diz respeito ao tratamento e à distribuição de água para o consumo humano, dar o destino adequado aos resíduos líquidos e sólidos, proteger e recuperar os recursos naturais. Para isso, é preciso qualificar mão-de-obra especializada para desenvolver, planejar e executar programas de obras e ações que venham atender a estas necessidades básicas para melhoria da qualidade de vida da população.

A criação do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental possibilita que a região possa ser estudada e pesquisada nos aspectos relacionados ao saneamento básico, aos recursos hídricos, ao meio ambiente, voltando-se para identificar e promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da região. É pertinente ressaltar que, grande parte dos currículos dos cursos de graduação existentes no Brasil (Tecnólogo em Processos Gerenciais, Tecnólogo em Transportes Terrestres, Engenharia Agrícola, Engenharia de Petróleo, Engenharia de Produção), não possuem ênfase à questão ambiental, resultando na formação de profissionais pouco habilitados em lidar com a problemática ambiental. Embora nos últimos anos, os cursos de graduação vêm abordando temas relacionados à preservação do meio ambiente através do tema transversal “Educação Ambiental”, e outros cursos, mais específicos, têm surgido (Engenharia Ambiental, Meio Ambiente etc.), ainda há necessidade latente de formação de profissionais que estejam aptos a pensar e atuar na solução de problemas relacionados ao saneamento ambiental.

Conforme o Projeto Pedagógico Institucional do IFSul (IFSUL, 2022), para que a escola possa manter sua importância e se justificar, precisa preocupar-se em dar respostas adequadas às exigências do mercado de trabalho, isto é, preparar os jovens para viver na sociedade como ela é. Porém, deve-se lembrar, que a sociedade não é pré-definida, ela está na forma como seus membros a fazem. Na sociedade contemporânea, o modelo de produção exige que se pense numa educação voltada ao desenvolvimento das habilidades e ao atendimento das exigências do mercado. No entanto, esse modelo não pode impedir o IFSul de empreender esforço coletivo para vencer as barreiras que inviabilizam a construção de uma escola público-educadora, de fato, para o exercício pleno da cidadania, instrumento real de transformação social. Sabe-se que não cabe apenas à educação toda a tarefa da transformação da sociedade. Entretanto, ela torna-se um fator importante, que pode ajudar na reinvenção de uma nova relação social, na qual discursos diferentes não impedem o diálogo.

Inserido nesse contexto é preciso desenvolver habilidades e qualificá-las para desenvolver, planejar e executar programas de obras e ações que venham atender a estas necessidades básicas para melhoria da qualidade de vida da população. É nesse sentido que a proposta do Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental do IFSul Câmpus Pelotas visa oferecer conhecimentos técnicos e científicos especializados para a formação de Tecnólogos em Saneamento Ambiental que irão desempenhar suas funções, com a devida habilitação legal e que garantam a oferta de produtos e serviços de qualidade à população brasileira.

Para tanto, a matriz curricular do curso apresenta concentração em áreas profissionalizantes e específicas, além das disciplinas em que são trabalhadas habilidades de formação básica, humana, social e ética necessárias para o alcance pleno da formação integral deste profissional, orientando-os no sentido de garantir a expansão das capacidades humanas no desempenho de suas atividades dentro do mercado de trabalho. Tendo em vista sua missão institucional de desenvolver pessoas e organizações e seu compromisso com a qualidade da educação, ofertando cursos sempre sintonizados com a realidade regional, é que o Câmpus Pelotas passou a ofertar o Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental, para atender a necessidade de formar profissionais qualificados, com fácil ingresso no mercado de trabalho e que, atuando no âmbito do planejamento, gestão e operação de sistemas de saneamento ambiental contribuam com as transformações tecnológicas e socioculturais do mundo do trabalho compatíveis com as demandas e carências desse setor, principalmente de caráter social.

### Número de vagas

O número de vagas para o curso está fundamentado em estudos periódicos, realizados pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente (e tutorial, na modalidade a distância) e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, são ofertadas 70 vagas por ano divididas no turno vespertino e noturno, alternadamente, conforme PDI do IF SUL do período 2020-2024 (IFSUL, 2022)

### Requisitos de Acesso

Para ingressar no curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental, os candidatos deverão ter concluído o ensino médio ou equivalente. As vagas para o ingresso no curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental são preenchidas via Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que usa a prova do Exame Nacional do Ensino Médio para classificar as candidatas e os candidatos ou por vestibular próprio, sendo, no mínimo, 50% das vagas preenchidas via Sisu. Do total das vagas oferecidas em cada curso Superior de Graduação, serão reservadas 50% (cinquenta por cento) para candidatas e candidatos egressas e egressos de Escolas Públicas, conforme disposto na Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012).

Outras formas de acesso estão contempladas na Organização Didática - OD do IFSul conforme Art. 39 do capítulo VII (IFSUL,2012):

Art. 39. São modalidades de ingresso no IFSul:

I. exame vestibular;

II. prova de seleção;

III. sistema de seleção unificado do Ministério da Educação;

IV. transferência externa;

V. transferência intercampi;

VI. reopção de curso;

VII. portador de diploma;

VIII. intercâmbios/convênios;

XIX. reingresso.

Parágrafo único. As formas de ingresso I, III e VII são de uso exclusivo para o ensino superior de graduação.

## Objetivos do Curso

### Objetivo Geral

O curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental visa à formação de profissionais de nível superior aptos a exercerem funções pertinentes ao saneamento ambiental, voltadas ao planejamento, à gestão, à operacionalização de sistemas de saneamento ambiental, na difusão de tecnologias, na criação de condições para articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos e habilidades, considerando os impactos sociais, econômicos e ambientais, com ações sustentáveis, pautadas pela ética e pela cidadania consciente.

### Objetivos Específicos

O currículo proposto para o Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental pretende:

* Incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;
* Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
* Desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;
* Proporcionar uma visão global da problemática ambiental e uma compreensão dos aspectos técnicos institucionais e legais do contexto ambiental;
* Propiciar a construção de conhecimentos específicos e tecnológicos na área do meio ambiente;
* Desenvolver os fundamentos teóricos aplicados ao saneamento ambiental;
* Estimular o pensamento reflexivo, a autonomia intelectual, a compreensão do processo tecnológico ambiental, em suas causas e efeitos, nas suas relações com o desenvolvimento do técnico-científico;
* Desenvolver senso crítico conciliando a utilização dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável;
* Promover o trabalho em equipe, o espírito ético e o respeito ao meio ambiente;
* Formar profissionais aptos a compreender, elaborar, acompanhar e executar projetos na área de saneamento ambiental.
* Ampliar o processo educativo, no sentido de tornar o egresso apto a utilizar o conhecimento pessoal e acadêmico em atendimento às demandas da comunidade.
* Desenvolver saberes por meio de ações em que articulem ensino, pesquisa e extensão, que tenham como objetivo preparar o estudante para uma realidade em constante evolução tecnológica com impactos no desenvolvimento sócio, político, econômico e cultural.
* Promover a articulação da academia com a comunidade e seus segmentos significativos, inclusive órgãos públicos.
* Valorizar e reconhecer saberes produzidos fora do âmbito acadêmico.
* Efetivar a intencionalidade pedagógica de formação integral assumida como missão institucional (IFSUL, 2022, p. 14), por meio de ações extensionistas, definidas pela Política de Ensino e pela Pesquisa de Extensão e Cultura (IFSUL, 2018).
* Adotar à pesquisa como princípio pedagógico no processo formativo do estudante, de modo a atender um mundo em permanente transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social.

### Público-alvo

O público-alvo do Curso de Saneamento Ambiental são alunos(as) egressos(as) do ensino médio, ou equivalente na forma da legislação educacional vigente, alunos(as) de Cursos Técnicos e de trabalhadores(as) dos setores público e privado.

O ingresso no curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental se dá por meio de processo seletivo ENEM/SISU, conforme dispõe o Art. 51 da Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996) e destina-se a selecionar os candidatos, respeitada a quantidade de vagas oferecidas para o curso. As formas de acesso estão explicitadas no item 3.4.2.

## Perfil Profissional do/a Egresso/a e campo de atuação

A sociedade contemporânea caracteriza-se pela dinamicidade e por constantes transformações técnicas. Assim, o perfil profissional do egresso deve ser estabelecido de forma que a aluna e o aluno possam construir um conjunto de competências que possibilitem compreender a sociedade em que estão inseridos, para aprender a lidar com o inusitado, conviver e se comunicar, conhecer as formas de produção e interferir no processo produtivo.

Ter a capacidade para aprender de forma autônoma e contínua, comprometimento com a melhoria da qualidade de vida, dotado de conhecimento sobre importância de agir com ética, maturidade, sensibilidade, equilíbrio e solidariedade enquanto ser humano, cidadão e profissional. Apto e apta a gerenciar processos participativos de organização pública e/ ou privada e/ ou incluir-se neles; adquirindo habilidades que o capacitem para o exercício da reflexão, da crítica, do estudo e da criatividade.

O perfil profissional do egresso do Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental contempla, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, as seguintes atribuições: gerenciar, supervisionar e avaliar a instalação e operação de sistemas de abastecimento de água, de coleta e tratamento de efluentes domésticos, industriais e agrícolas. Monitorar e avaliar sistemas de drenagem urbana e rural. Planejar, elaborar e implantar campanhas de educação sanitária e ambiental. Vistoriar, realizar perícia, avaliar, elaborar laudo e parecer técnico em sua área de formação.

### 3.6.1 Competências profissionais

O profissional concluinte do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental deve apresentar um conjunto de competências que o habilite a desempenhar atividades nas diferentes áreas do saneamento ambiental, tais como:

- Gerenciar sistemas de saneamento;

- Monitorar a qualidade ambiental;

- Conduzir trabalhos técnicos e equipes de instalação, montagem, operação e reparo ou manutenção de sistemas de saneamento;

- Executar, ler e interpretar desenho técnico;

-Gerenciar a execução de obras e serviços técnicos em saneamento ambiental;

- Executar vistoria, perícia, avaliação e arbitramento, emitindo laudo e parecer técnico;

- Desempenhar cargo de função técnica na área de saneamento ambiental;

- Exercer atividades de pesquisa, análise, experimentação, ensaio, difusão técnica e extensão;

- Exercer o magistério na Educação de Nível Superior e de Nível Médio, sendo as atividades exercidas na área Ambiental;

- Realizar as atividades de estudo, planejamento, elaboração de projetos, especificações de equipamentos e instalações na área de saneamento ambiental;

- Elaborar orçamento de obras, de serviços operacionais e de manutenção de sistemas de saneamento urbano e industrial;

- Coordenar equipes técnicas e gerenciar recursos hídricos e seus sistemas;

- Desenvolver atividades de saúde pública, no que tange ao controle da poluição urbana;

- Executar análises de água e de esgotos;

- Atuar em programas de educação sanitária, ambiental e epidemiológica;

- Implantar tratamento de resíduos líquidos e sólidos domésticos e industriais com o respectivo sistema de drenagem;

- Assumir a implementação e a coordenação de sistema de gestão ambiental em empresas e organizações industriais prestadoras de serviços.

### 3.6.2 Campo de atuação

O egresso do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental estará apto a atuar em empresas do setor agropecuário; empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria; empresas do setor de abastecimento de água e tratamento de esgotos; indústrias em geral; órgãos públicos; institutos e centros de pesquisa; instituições de ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

## Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

### Articulação das Políticas Institucionais de Ensino, Extensão e Pesquisa

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (IFSUL, 2022) prevê como política de ensino do Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental a oferta de vagas no turno vespertino e noturno, oferecendo alternativas para reduzir os problemas da desigualdade das oportunidades de acesso e da qualidade do ensino, alinhando a oferta de vagas do curso de Saneamento Ambiental à política institucional do IFSul.

A realização de estágios como vínculo entre a formação acadêmica e o desenvolvimento profissional científico-tecnológico, com aplicação direta no mundo do trabalho é citado pelo PDI, dentre as políticas institucionais de ensino e extensão.

Procurando facilitar a inserção dos discentes no mundo do trabalho foi estabelecido convênio com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) que, em parceria com a Coordenação de Serviço de Integração Escola-Empresa (COSIE) do Câmpus Pelotas, realiza frequentemente a divulgação, esclarecimentos e encaminhamento das oportunidades de estágios e empregos aos discentes nas áreas de interesse do curso.

Atendendo, ainda, às políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão o curso de Saneamento Ambiental tem estimulado seus alunos a participação em projetos, como bolsista ou voluntário, buscando fortalecer a associação entre os conhecimentos teóricos e práticos, sempre procurando alinhar tais projetos e conhecimentos às necessidades locais, direção que deve ser seguida pelas propostas de Trabalhos de Conclusão de Curso.

A iniciação científica dos alunos tem sido incentivada pelo curso por meio da participação em eventos científicos locais, regionais, nacionais e internacionais com a publicação e apresentação de trabalhos.

Para incentivar a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão o IFSul conta também com a atuação dos seguintes núcleos e coordenadorias, que estimulam a participação dos servidores e discentes em suas atividades. São eles:

• Núcleo de Gestão Ambiental Integrada (NUGAI);

• Núcleo de Idiomas (NI);

• Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT);

• Núcleo de Empreendedorismo (NADE);

• Núcleo de Economia Solidária (NESOL);

• Núcleo de Promoção e Prevenção em Saúde (NUPPS);

• Coordenadoria de Atividades Culturais (COAC).

Em todas estas participações estudantes e docentes têm a oportunidade de divulgar e esclarecer os propósitos do Curso de Saneamento Ambiental e do IFSul para a comunidade.

## Currículo

O currículo do CSTSA foi planejado para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais e a Legislação Educacional e Profissional vigentes. Assim, a estrutura curricular apresenta as seguintes características:

• Formação nas áreas de formação geral (Matemática, Física e Química, biologia), nas Ciências Humanas (Dinâmica da Natureza, Metodologia Científica e Tecnológica, Técnicas de Comunicação, Ética Cidadania e Legislação Ambiental);

• Formação nas áreas específicas de atuação do tecnólogo em Saneamento Ambiental, a gestão e a minimização de consumos energéticos e de impactos ambientais;

• Componente de informática, com recurso de softwares de simulação e tecnologias de informação e comunicação;

• Trabalhos laboratoriais em que se privilegiam objetivos de integração temática, de organização e de planejamento do trabalho em equipe;

• Atividades de extensão e de pesquisa que privilegiam trabalhos de iniciação científica, projetos multidisciplinares, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, organização de cursos, simpósios, jornadas, encontros, congressos, atuação em empresas juniores e outros.

• Trabalho de conclusão de curso em que se integram os conhecimentos adquiridos ao longo do curso na concepção de um projeto na área da indústria química ou afim;

• Estágio curricular, visando reforçar a ligação entre o bacharel e a indústria e o mundo do trabalho. O estágio poderá ser realizado na indústria, instituições públicas ou por meio de programas de permuta de estudantes. Em alternativa, poderá ser constituído de um projeto de investigação científica no próprio IFSul.

Dessa forma, a carga horária total de 2200 horas, da matriz curricular do Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental - Câmpus Pelotas, está distribuída da seguinte forma:

• 585 horas de disciplinas do núcleo de conteúdos básicos;

•1050 horas de disciplinas do núcleo de conteúdos profissionalizantes e específicos ;

• 225 horas de ações e atividades extensão;

• 220 horas de estágio obrigatório;

• 120 horas de ações e atividades de pesquisa;

### Estrutura Curricular

O Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental implementa o princípio da flexibilização preconizado na legislação regulatória da Educação Profissional, concebendo o currículo como uma trama de experiências formativas intra e extra institucionais que compõem itinerários diversificados e particularizados de formação.

Nesta perspectiva, são previstas experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular. A exemplo disso, estimula-se o envolvimento do estudante na participação de diversas atividades, tais como: participação em eventos científicos (congressos, simpósios, semanas acadêmicas e mostra de trabalhos), atividades de iniciação científica, programas de extensão, participação e desenvolvimento de pesquisa, estágios não-obrigatórios, oferta de cursos e ou minicursos na modalidade presencial e também EaD, entre outras experiências potencializadoras das habilidades científicas e da sensibilidade às questões sociais.

Por meio destas atividades, promove-se o permanente envolvimento dos discentes com as questões contemporâneas que anseiam pela problematização escolar, com vistas à qualificação da formação cultural e técnico-científica do estudante.

Para além dessas diversas estratégias de flexibilização, também a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber no âmbito das metodologias educacionais, constitui importante modalidade de flexibilização curricular, uma vez que incorpora ao programa curricular previamente delimitado a dimensão do inusitado, típica dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança.

Em relação a pesquisa, os e as discentes do CSTSA desenvolvem atividades de pesquisa em disciplinas específicas e não específicas como: Projeto de Pesquisa e Projeto de Graduação, totalizando uma carga horária de 120 horas.

As atividades de extensão, como componente curricular não específico, são desenvolvidas na disciplina de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, sendo destinada para extensão, a carga horária de 30 horas.

Os componentes curriculares específicos de extensão do curso de Saneamento Ambiental são: projetos de extensão I (30h); projetos de extensão II (45h), projetos de extensão III (45h) e projetos de extensão IV (75h).

Os componentes curriculares específicos e não específicos de atividades extensionistas preveem a interdisciplinaridade, permitindo o avanço progressivo dos alunos(as) de acordo com as áreas de atuação do Curso de Saneamento Ambiental. Sendo as áreas de atuação e linhas de atividades como meio ambiente, impactos ambientais, água, efluentes, resíduos sólidos, drenagem urbana, além de áreas correlatas e outras, por meio de avaliação constante e atualização periódica do colegiado do curso e relacionadas com áreas temáticas segundo Capítulo III, Art. 39 da Política Institucional de Extensão e Cultura (IFSUL,2018).

### Fluxos formativos

Disponível no Anexo 8.6

### Matriz curricular

Disponível no Anexo 8.7

### Matriz de disciplinas eletivas

Não se aplica ao curso de Saneamento Ambiental

### Matriz de disciplinas optativas

Disponível no Anexo 8.8

### Matriz de pré-requisitos (quando for o caso)

Disponível no Anexos 8.9

### Matriz de co-requisitos (quando for o caso)

Não se aplica ao curso de Saneamento Ambiental

### Matriz de disciplinas equivalentes

Disponível no Anexo 8.10

### Matriz de componentes curriculares a distância (se houver)

Não se aplica ao curso em Saneamento Ambiental

### Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografias

As ementas, conteúdos e bibliografias das disciplinas do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental encontram-se no Anexo 8.11.

### Certificações intermediárias (Quando for o caso)

Não se aplica ao curso em Saneamento Ambiental

### Critérios para validação de conhecimentos e experiências profissionais anteriores

Em consonância com as finalidades e princípios da Educação Superior expressos na LDB no 9.394/96, o Curso prevê a possibilidade de aproveitamento dos conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Tecnológica;

- em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;

- em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação,

mediante avaliação do estudante;

- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Os conhecimentos adquiridos em cursos de educação profissional inicial e continuada, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio regrado operacionalmente na Organização Didática da Instituição, visando reconhecer o domínio de saberes e competências compatíveis com os enfoques curriculares previstos para a habilitação almejada e coerentes com o perfil de egresso definido no Projeto de Curso.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teórico-práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim. A referida banca deverá ser constituída pela Coordenação do Curso e será composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Diretoria/Chefia de Ensino do Câmpus.

São adotados os critérios para validação de conhecimentos e experiências profissionais, conforme os Arts. 91 e 92 da Organização Didática do IFSul (IFSUL,2012).

### Prática profissional

Com a finalidade de garantir o princípio da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem, o Curso privilegia metodologias problematizadoras, que tomam como objetos de estudo os fatos e fenômenos do contexto educacional da área de atuação técnica, procurando situá-los, ainda, nos espaços profissionais específicos em que os estudantes atuam.

Nesse sentido, a prática profissional figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais. Esta concepção curricular é objetivada na opção por metodologias que colocam os variados saberes específicos a serviços da reflexão e ressignificação das rotinas e contextos profissionais, atribuindo ao trabalho o status de principal princípio educativo, figurando, portanto, como eixo articulador de todas as experiências formativas.

Ao privilegiar o trabalho como princípio educativo, a proposta formativa do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental assume o compromisso com a dimensão da prática profissional intrínseca às abordagens conceituais, atribuindo-lhe o caráter de transversalidade. Em consonância com esses princípios, a prática profissional no Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental traduz-se curricularmente por meio de:

- Atividades práticas em laboratório, simulando situações reais e integrando os diferentes conhecimentos obtidos nas disciplinas;

- Visitas técnicas e atividades complementares, visando a interdisciplinaridade em um ambiente produtivo;

- Atividades e ações de extensão visando atender as necessidades da comunidade;

- Projetos de pesquisa buscando atender as demandas do setor produtivo, público e da sociedade;

- Atividades de estágios em parcerias com o setor público e o setor privado para o desenvolvimento de estudos e diagnósticos ambientais.

#### Estágio profissional supervisionado

Conforme a descrição da Organização Didática e do Regulamento de Estágio do IFSul, o estágio caracteriza-se como atividade integradora do processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes.

Nessa perspectiva, transcende o nível do treinamento profissional, constituindo-se como ato acadêmico intencionalmente planejado, tendo como foco a reflexão propositiva e reconstrutiva dos variados saberes profissionais.

A matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental contempla o estágio obrigatório (Estágio Profissional Supervisionado) acrescido à carga horária mínima estabelecida para o Curso, tendo em vista a proposta de formação e a natureza das áreas de atuação profissional do egresso, cujas atividades têm o objetivo de:

* + Promover a integração teórico-prática dos conhecimentos, habilidades e técnicas desenvolvidas no currículo;
  + Proporcionar situações de aprendizagem em que o estudante possa interagir com a realidade do trabalho, reconstruindo o conhecimento pela reflexão-ação;
  + Complementar a formação profissional;
  + Desencadear ideias e atividades alternativas;
  + Atenuar o impacto da passagem da vida acadêmica para o mercado de trabalho;
  + Desenvolver e estimular as potencialidades individuais proporcionando o surgimento de profissionais empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão e processos inovadores, bem como possibilitar ao estudante perceber-se sujeito nas relações sociais e no mundo do trabalho.

O Estágio Profissional Supervisionado terá duração mínima de 220 horas, podendo ser realizado pelo discente quando este obtiver aprovação em disciplinas cuja carga horária somada seja superior a 1.300 horas.

A modalidade operacional do Estágio Profissional Supervisionado do curso baseia-se na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008) e pelo Conselho Superior do IFSul, Resolução nº80/2014 (IFSUL, 2014), disponível no Anexo 8.13.

#### Estágio não obrigatório

No Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental prevê-se a oferta de estágio não-obrigatório, em caráter opcional, não sendo acrescido à carga horária obrigatória, assegurando ao estudante a possibilidade de trilhar itinerários formativos particularizados, conforme seus interesses e possibilidades.

A modalidade de realização de estágios não obrigatórios encontra-se normatizada no regulamento de estágio do IFSul conforme Resolução do Conselho Superior nº 80/2014 (IFSUL, 2014).

### Atividades Complementares

Não se aplica ao curso de Saneamento Ambiental

### Trabalho de Conclusão de Curso

Considerando a natureza da área profissional e a concepção curricular do curso, prevê-se a realização de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no formato de monografia ou no formato de artigo científico como forma de favorecer os seguintes princípios educativos:

I - Estimular a pesquisa, a produção científica e o desenvolvimento pedagógico sobre um determinado tema relacionado a área do curso;

II – Possibilitar a sistematização, aplicação e consolidação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, tendo por base a articulação teórico-prática;

III - Permitir a integração dos conteúdos, contribuindo para o aperfeiçoamento técnico-científico e pedagógico do acadêmico;

IV - Proporcionar a consulta bibliográfica especializada e o contato com o processo de investigação científica;

V - Aprimorar a capacidade de interpretação, de reflexão crítica e de sistematização do pensamento.

A elaboração do projeto de TCC será realizada na disciplina de Projeto de Pesquisa (45h), na qual são apresentadas as diretrizes e normativas e o acompanhamento e a execução do TCC será realizada na disciplina de Projeto de Graduação (75h).

Para assegurar a consolidação dos referidos princípios, o TCC será realizado de acordo com as diretrizes institucionais descritas na Organização Didática (IFSUL, 2012) e com organização operacional prevista no Regulamento de Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental (Anexo 8.14).

### Metodologia

A indissociabilidade entre ensino–pesquisa–extensão, enquanto eixo de formação, pelo entendimento de que esta articulação possibilita uma formação do egresso com base sólidas, tanto na dimensão científica, na dimensão humana quanto na profissional. Entende-se que os saberes não se limitam aos saberes acadêmicos, mas se constituem em um sistema de sentidos construído afetiva e emocionalmente nas experiências de vida. Desta forma, propiciar vivências e experiências significativas do estudante, possibilita a construção de um saber alicerçado na realidade e, a partir dos conhecimentos produzidos e acumulados, refletir sobre as grandes questões da atualidade e assim, ser capaz de se comprometer com a transformação da realidade sócio-econômica, cultural e ambiental.

Em conformidade com os parâmetros pedagógicos e legais para a oferta da Educação Profissional Tecnológica, o processo de ensino–pesquisa–extensão privilegiado pelo Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental contempla estratégias problematizadoras, tratando os conceitos da área técnica específica e demais saberes atrelados à formação geral do estudante, de forma contextualizada e interdisciplinar, vinculando-os permanentemente às suas dimensões do trabalho em seus cenários profissionais.

As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à formação de habilidades e competências, atendendo à vocação do IFSul, no que tange ao seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania, bem como à identidade desejável aos cursos técnicos, profundamente comprometidos com a inclusão social, através da inserção qualificada dos egressos no mundo de trabalho.

Para tanto, ganham destaque estratégias educacionais que privilegiem:

- O aproveitamento de conhecimentos prévios;

- A realização de visitas técnicas com o objetivo de o aluno conhecer, observar e analisar áreas de atuação profissional;

- A realização de aulas práticas laboratoriais;

- A realização de práticas profissionais simuladas em ambiente escolar e práticas em campo de trabalho;

- O desenvolvimento de projetos de extensão, pesquisa e ensino;

- O estímulo à educação permanente;

- A adoção da flexibilidade, da interdisciplinaridade, da contextualização e da atualização permanente;

Serão contemplados ao longo da formação acadêmica (ensino, pesquisa e extensão) dos discentes, temáticas voltadas para as relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira e indígena e para a educação ambiental. Destaca-se que dentre os princípios pedagógicos do curso, há o compromisso com a educação para direitos humanos (EDH) pelo entendimento de que este, é o caminho para a construção e consolidação da democracia para o fortalecimento de comunidades e grupos historicamente excluídos dos seus direitos.

Além dos aspectos interdisciplinares, os temas acima mencionados estarão contemplados no programa das seguintes disciplinas: (i) Ética, Cidadania e Meio Ambiente, (ii) Poluição Ambiental e Saneamento, (iii) Dinâmica da Natureza e (iv) Libras.

No Curso de Saneamento Ambiental, as ações de Extensão e Pesquisa estão implementadas por meio de componentes curriculares específicos e não específicos.

A carga horária das ações e de atividades de pesquisa estão compreendidas nas disciplinas de Projeto de Pesquisa e Projeto de Graduação, no 5º e 6º semestres, respectivamente, totalizando 120 horas.

As atividades de extensão, como componente curricular não específico, são desenvolvidas na disciplina de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, sendo destinada para extensão, a carga horária de 30 horas.

Já os componentes curriculares específicos de extensão do curso de Saneamento Ambiental são: projetos de extensão I (30h); projetos de extensão II (45h), projetos de extensão III (45h) e projetos de extensão IV (75h).

Os componentes curriculares específicos de extensão são distribuídos no 2º, 4º, 5º e 6º semestres, com o objetivo de desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

## Política de formação integral do/a estudante

O Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental se orienta na perspectiva formativa integral do estudante, trata-se de uma compreensão de que o conhecimento não se dá de forma fragmentada e, sim, no entrelaçamento entre as diferentes ciências. Neste sentido, articula ações de Ensino, Pesquisa e Extensão com a intencionalidade da formação de profissionais capazes de exercerem com competência sua condição de cidadão construtor de saberes significativos para si e para a sociedade.

Frente esta compreensão, a matriz curricular do curso assume uma postura multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, sustentada em metodologias dialógicas, críticas e contextualizadas, possibilitando que os elementos constitutivos da formação integral do aluno sejam partes integrantes de todas as disciplinas e demais intervenções educativas, de forma direta ou transversal.

Os princípios da formação integral do aluno incluem:

* valores éticos, políticos e culturais em preparação para o exercício da cidadania;
* o raciocínio lógico e de habilidades e competências técnicas e humanísticas para o exercício profissional no mundo do trabalho;
* a preparação para trabalhar em equipe, com iniciativa, criatividade e inteligência emocional;
* a capacidade de trabalhar de forma autônoma e empreendedora;
* consciência da importância do comprometimento com a transformação concreta da realidade natural ou social.
* o respeito e valorização da diversidade;
* o reconhecimento da importância de contribuir para uma sociedade sustentável;
* atenção a normas técnicas e de segurança;

Através de disciplinas técnicas; da formação ética e moral; do conhecimento e respeito à diversidade de gênero; da acessibilidade; reflexão crítica sobre as questões sociais; do estímulo ao raciocínio lógico; prática de redação de documentos técnicos; conhecimento acerca de normas técnicas e de segurança do trabalho; do estímulo aos trabalhos em equipes que buscam iniciativa, criatividade e sociabilidade; o estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora e a integração com o mundo do trabalho, que o Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental busca desenvolver os conhecimentos e habilidades que o discente necessita para a sua integral formação.

Atendendo à legislação vigente, a proposta curricular do Curso contempla, ainda, o desenvolvimento de habilidades e competências concernentes à educação em direitos humanos e consciência ambiental, tendo em vista não somente a preservação do meio físico, mas também o cultivo de relações sociais sustentáveis, alicerçadas nas noções de alteridade e solidariedade, tal como evidencia explicitamente uma das finalidades educativas anunciadas no Projeto Pedagógico Institucional do IFSul.

## Políticas de apoio ao/a estudante

O IFSul possui diferentes políticas que contribuem para a formação dos estudantes, proporcionando-lhes condições favoráveis à integração na vida universitária.

Estas políticas são implementadas através de diferentes programas e projetos, quais sejam:

* Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com disponibilidade de atendimento médico, odontológico, psicológico e social;
* Programa de Monitoria;
* Programa de Intercâmbio e Mobilidade Estudantil;
* Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
* Programa de Tutoria Acadêmica;
* Projetos de apoio à participação em eventos;
* Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
* Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
* Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE);
* Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID);
* Programa Bolsa Permanência;

No âmbito do Curso em Saneamento Ambiental são adotadas as seguintes iniciativas:

* Atendimento aos discentes em horários predefinidos;
* Oficinas especiais para complementação de estudos;
* Disponibilização de tutores para as disciplinas de maior percentual de evasão e retenção de alunos, bem como das disciplinas com maiores índices de reprovação;
* Disponibilização de biblioteca física e virtual;
* Disponibilização de acesso a recursos de informática e internet;
* Disponibilização de estágio não-obrigatório;
* Apoio pedagógico e psicológico;
* Acesso a projetos de ensino, pesquisa e extensão;
* Assistência estudantil e
* Apoio para participação em eventos.
* Canal de atendimento aos discentes via aplicativo de mensagens (Whatsapp)

## Formas de implementação das políticas de ensino, extensão pesquisa

O Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental, em conformidade com as bases legais da Graduação e Diretrizes Curriculares Nacionais, com o Projeto Pedagógico Institucional e com Política Institucional de Extensão e Cultura e Pesquisa (IFSUL,2018), prevê experiências de aprendizagem que transcendem os trajetos curriculares previstos na matriz curricular, pois têm como objetivo principal a formação integral do estudante e contribuir na transformação social. Para tanto, busca aproximar o estudante à realidade, atender as demandas sociais, valorizar os saberes socialmente construídos, flexibilizar o currículo e valorizar os itinerários formativos dos estudantes.

A exemplo disso, promove-se a articulação permanente entre teoria e prática e entre diferentes campos do saber e estimula-se o envolvimento do estudante em atividades complementares, como participação ou organização de eventos, participação em programas e projetos de pesquisa e extensão voltados para a comunidade interna e externa ao Câmpus/Instituto, cursos de capacitação complementar, monitoria em disciplinas do curso, estágio não obrigatório, publicações em eventos, revistas científicas e tecnológicas, entre outras atividades especificamente promovidas ou articuladas ao Curso.

Por meio destes encaminhamentos epistemo-metodológico, promove-se o permanente envolvimento dos discentes com as questões contemporâneas, com o inusitado, típico dos contextos científicos, culturais e profissionais em permanente mudança, com vistas à qualificação da formação humana, cultural e técnico-científica do estudante. Com vista a favorecer a formação acadêmica implicada com a contribuição no enfrentamento de desafios das questões sociais, tendo como premissa o respeito à diversidade de saberes e de culturas nos processos educativos, científicos, artísticos, culturais e tecnológicos.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão são contempladas nos componentes curriculares (ANEXO 8.12) sendo, motivadas e orientadas pelos docentes, coordenação e pela política institucional.

Além dos estágios não-obrigatórios e obrigatórios, o Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental apresenta suas atividades de extensão ligadas às seguintes modalidades: programas de extensão; projetos extensionistas; cursos e oficinas; eventos e prestação de serviços. As atividades extensionistas elencadas, são definidas de acordo com os artigos 31, 32, 33, 34 e 35 da Política Institucional de Extensão e Cultura (IFSUL, 2018). Os trabalhos buscam englobar aspectos relacionados à inter-relação entre meio ambiente e sociedade, procurando um equilíbrio na utilização de recursos naturais e o desenvolvimento econômico e social.

As atividades de pesquisa estão ligadas à realização e elaboração de TCCs, artigos científicos, participação de projetos de iniciação científica, participação de eventos técnicos-científicos, apresentação e exposição de trabalhos, além da permanente troca de informações com o público interessado no debate e compreensão da problemática ambiental.

Para projetos de pesquisa, ensino e extensão são disponibilizadas bolsas da própria Instituição, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## Curricularização da extensão e Pesquisa

A Curricularização da Pesquisa e da Extensão no Curso de Saneamento Ambiental está alinhada às legislações pertinentes como a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018), e segue os princípios, conceitos, abrangências e orientações do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da Política Institucional de Extensão e Cultura (IFSUL, 2018) e o regulamento da Curricularização da Extensão e da Pesquisa nos Cursos de Graduação do IFSul (IFSUL, 2022)

As ações e atividades de extensão compõem 10% do total da carga horária curricular estudantil do curso de CSTSA (225 horas), integrando a matriz curricular do curso, conforme a Meta 12.7, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014)

As ações e atividades de pesquisa estão atendidas em um percentual de 5%, definido pelo NDE e aprovado pelo colegiado do curso de Saneamento Ambiental.

A carga horária das ações e de atividades de pesquisa estão compreendidas nas disciplinas de Projeto de Pesquisa e Projeto de Graduação, no 5º e 6º semestres, respectivamente.

A carga horária das ações e atividades de extensão estão compreendidas em componentes curriculares específicos e não específicos como previsto na Resolução nº 7/2018 (BRASIL, 2018).

Os componentes curriculares específicos e não específicos de atividades extensionistas preveem a interdisciplinaridade, permitindo o avanço progressivo dos alunos(as) de acordo com as áreas de atuação do curso de Saneamento. Sendo as áreas de atuação e linhas de atividades como meio ambiente, impactos ambientais, água, efluentes, resíduos sólidos, drenagem urbana e outras, por meio de avaliação constante e atualização periódica do colegiado do curso e relacionadas com áreas temáticas segundo Capítulo III, Art. 39 da Política Institucional de Extensão e Cultura (IFSUL,2018)

As atividades de extensão, como componente curricular não específico, são desenvolvidas na disciplina de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, sendo destinada para extensão, a carga horária de 30 horas. Os componentes curriculares específicos de extensão do curso de Saneamento Ambiental são: projetos de extensão I (30h); projetos de extensão II (45h), projetos de extensão III (45h) e projetos de extensão IV (75h).

Os componentes curriculares específicos de extensão são distribuídos no 2º, 4º, 5º e 6º semestres, com o objetivo de desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Nos componentes curriculares, as atividades extensionistas são trabalhadas como ações que buscam promover a articulação dos diferentes saberes, com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, objetivando a compreensão e atuação em situações contextualizadas, sendo o papel de protagonista do e da discente do curso. São abordados temas como: o papel da atuação do tecnólogo em saneamento ambiental em sua relação com a sociedade; conceitos da extensão no ensino superior; tipologia das atividades extensionistas (projetos, programas, cursos, trabalho voluntário, cursos de formação continuada, prestação de serviços etc.); análise de editais de chamadas extensionistas; práticas de redação de projetos e relatórios.

As atividades extensionistas são orientadas e supervisionadas por docentes com experiência comprovada que atuam juntamente com os e as discentes em ações de extensão de acordo com os artigos 7o e 8o da Resolução nº 7/2018 (BRASIL, 2018).

Sendo:

Art. 7º São consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias.

Art. 8º As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

I - programas;

II - projetos;

III - cursos e oficinas;

IV - eventos;

V - prestação de serviços

As atividades extensionistas elencadas, são definidas de acordo com os artigos 31, 32, 33, 34 e 35 da Política Institucional de Extensão e Cultura (IFSUL,2018),

As ações e atividades de extensão curricularizáveis envolvem atividades executadas por estudantes junto à comunidade externa, sob a orientação de servidores e estão formatadas como Programas e Projetos. As demais modalidades de extensão (eventos, cursos e prestação de serviços) são realizadas de forma vinculada aos programas e projetos, no intuito de garantir o direcionamento estratégico para consolidação das bases teórico-prática-reflexivas, concebidas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso e aprovado pelo colegiado. O número de registro do programa ou projeto na PROEX e PROPESP deve constar, obrigatoriamente, no Plano de Ensino.

O cumprimento das atividades curriculares de extensão e/ou pesquisa pelas/os estudantes ocorrem em conformidade com os critérios de avaliação e registro estabelecidos nas normativas institucionais, observando o que estabelece a Resolução nº 7/2018 (BRASIL, 2018) ou legislação superveniente.

O aproveitamento de carga horária é possível em ações e/ou atividades extracurriculares de extensão e de pesquisa por meio de carga horária de componentes curriculares específicos de extensão e de pesquisa, desde que as ações tenham relação com o curso.

As ações e/ou atividades de extensão realizadas em outras instituições, entidades, empresas, correlatas ao curso, feitas na forma de integralização curricular, devem ser realizadas no mesmo nível de formação, e poderão ser aproveitadas para fins de curricularização, desde que aceitas e formalizadas nos termos dos parágrafos 3º e 4º do Art. 12 do Regulamento da Curricularização da Extensão e da Pesquisa (IFSUL,2022) e avaliadas pelo NDE e/ou Colegiado do Curso

Serão aceitos para validação e/ou aproveitamento de componentes específicos de extensão, disciplinas ou área de conhecimento, que atendam o Art. 89 e submetidos conforme Art. 87 e Art. 90 da OD (IFSUL, 2012).

As atividades relativas a estágios obrigatórios, trabalhos de conclusão de curso (TCC) não serão consideradas como ações e/ou atividades de Curricularização da Extensão.

As atividades relativas a estágios obrigatórios não serão consideradas como ações e/ou atividades de Curricularização da Pesquisa.

As atividades relativas a estágios não obrigatórios poderão ser consideradas como ações e/ou atividades de Curricularização da Extensão e Pesquisa, desde que mantidas as dimensões e diretrizes da Extensão e da Pesquisa, conforme regulamento (IFSUL,2022).

A composição e validação curricular da operacionalização da carga horária específica de extensão e de pesquisa, as atribuições na execução das atividades de extensão e pesquisa, o registro da extensão e da pesquisa e o acompanhamento e avaliação das atividades de extensão curricularizadas e outras disposições são regulamentadas pelo Regulamento da Curricularização da Extensão e da Pesquisa (IFSUL, 2022).

## Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A gestão do curso é planejada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com previsão da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e delineamento de processo auto avaliativo periódico do curso, conforme descrito a seguir.

Na gestão do curso ocorre a efetiva integração entre as suas diferentes instâncias de administração acadêmica, visando o aprimoramento contínuo do planejamento do curso, através do envolvimento de discentes e docentes. Essas instâncias são representadas pelo(a) coordenador(a), Núcleo Docente Estruturante (NDE), os quais convergem para o Colegiado de Curso. Nesse sentido, a gestão do curso administra a potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua, como, por exemplo, gerir as metas de produção científica, cultural, artística ou tecnológica do Pessoal docente e supervisão pedagógica, de forma que pelo menos 50% dos docentes possuam, no mínimo, 9 produções nos últimos 3 anos.

Em última análise, o NDE orienta e dá suporte na implantação do projeto pedagógico como um todo, atuando no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação da aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as diretrizes e as novas demandas do mundo do trabalho. Em sua atuação, colabora com a autoavaliação do curso (por meio de seus estudos) e considera permanentemente o resultado das avaliações internas e externas do curso.

As avaliações externas do curso compreendem as análises dos resultados do ENADE, das avaliações in loco do curso e do relatório de acompanhamento de egressos.

**Comissão Própria de Avaliação (CPA)**

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela realização da avaliação interna do curso, elaborando relatórios que auxiliarão os coordenadores na gestão acadêmica do curso, incorporando, inclusive, os resultados das avaliações externas. A avaliação interna do curso compreende os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas.

**Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)**

O Enade, avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial.

**Avaliação in loco**

As avaliações externas in loco tratam da análise de objetos pertinentes ao contexto, aos processos e produtos das instituições de educação superior e cursos de graduação, conforme o ato decisório a ser subsidiado com a produção de dados e informações e a natureza do processo de avaliação in loco. As avaliações são orientadas por Instrumentos de Avaliação Institucional Externa (IAIE) ou por Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG).

**Acompanhamento de egressos**

Através da Política Institucional de Acompanhamento de Egressos, o IFSul deseja conhecer a situação profissional e os índices de empregabilidade de seus ex-alunos, verificando a adequação entre a formação oferecida nos cursos e as exigências do mundo do trabalho. O acompanhamento de egressos colabora com a identificação dos cenários junto ao mundo do trabalho, fornecendo subsídios aos processos de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

### Funcionamento das instâncias de deliberação e discussão

De acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e a Organização Didática (IFSUL, 2012), as discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional (PDI), são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

• Núcleo docente estruturante (NDE): núcleo obrigatório para os Cursos Superiores e opcional para os demais, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso;

• Colegiado de curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;

• Pró-reitoria de ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;

• Câmara de ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino.

• Colégio de dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;

• Conselho superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino.

Os procedimentos de escolha e forma de atuação da Coordenação de Curso, do Colegiado de Curso e NDE são regrados pela Organização Didática do IFSul, em seu Capítulo V, Seções I, II e III (IFSUL, 2012).

## Atividades de tutoria (obrigatório para cursos ou disciplinas, integral ou parcial, na modalidade EaD)

Não se aplica ao curso de Saneamento Ambiental

## Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos processos de ensino e de aprendizagem

Não se aplica ao Curso de Saneamento Ambiental

## Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) (obrigatório para cursos ou disciplinas, integral ou parcial, na modalidade EaD)

Não se aplica ao curso em Saneamento Ambiental

## Materiais didáticos (Obrigatório para cursos ou disciplinas, integral ou parcial, na modalidade EaD)

Não se aplica ao Curso em Saneamento Ambiental

## Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação no IFSul é compreendida como processo, numa perspectiva libertadora, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pleno do educando e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, propiciando a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos estudantes, na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se pela observação, desenvolvimento e valorização de todas as etapas de aprendizagem, estimulando o progresso do educando em sua trajetória educativa.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino e de aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos educandos e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico de potencialidades e limites educativos e a ampliação dos conhecimentos e habilidades dos estudantes.

No âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental, a avaliação do desempenho será feita de maneira formal, com a utilização de diversos instrumentos, privilegiando-se atividades como trabalhos, desenvolvimento de projetos, participação nos fóruns de discussão com utilização da Plataforma Virtual Moodle, provas, relatórios de atividades práticas e de visitas técnicas e por outras atividades propostas de acordo com a especificidade de cada disciplina.

No entanto, no Curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental a avaliação deve ter caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o Art. 24, inciso V, alínea *a*, da LDB n° 9.394/96 (BRASIL, 1996).

A sistematização do processo avaliativo consta na Organização Didática do IFSul (IFSUL,2012), e fundamenta-se nos princípios anunciados do Projeto Pedagógico Institucional.

## Corpo Docente e Tutorial

## Núcleo Docente Estruturante

O NDE do curso de Saneamento Ambiental é constituído pelo mínimo de 5 docentes, que atuam em regime de tempo integral e todos membros possuem titulação stricto sensu. O coordenador de curso é integrante do NDE e atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do/a estudante e analisando a adequação do perfil do/a egresso/a, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho e mantém parte de seus membros desde o último ato regulatório.

### Composição

A composição do NDE é de acordo com o Art. 31 da Organização Didática do IFSUL.

### Atribuições

Conforme Art. 31 da OD (IFSUL, 2012) são atribuições do NDE

I . zelar pelo cumprimento do Projeto Pedagógico do Curso

II. propor alterações no currículo, a vigorarem após aprovação pelos órgãos competentes;

III . estudar e apontar causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão de estudantes;

IV . zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

V . propor orientações e normas para as atividades didático-pedagógicas do curso;

VI . indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas de necessidades do curso, de exigências do mundo de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área do curso;

VII . zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais;

VIII . contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso.

## Procedimentos de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico de Curso é realizada de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo educativo do Curso.

O processo de avaliação do Curso é sistematicamente desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), em articulação com o Colegiado de Curso, sob a coordenação geral do Coordenador Pedagógico de Curso, conforme demanda avaliativa emergente.

Para fins de subsidiar a prática auto avaliativa capitaneada pelo Colegiado, o Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental levanta dados sobre a realidade curricular por meio de:

- Questionamentos feitos aos alunos pelo coordenador de curso, através de reuniões periódicas e ou através de e-mail;

- Levantamento das demandas dos estudantes, pelo representante discente, através de reuniões periódicas;

- Informações, sugestões e solicitações apresentadas por professores do curso nas reuniões periódicas do grupo docente;

- Reuniões do NDE;

- Reuniões de colegiado;

- Reuniões de coordenadores.

Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação, conforme orientações do Ministério da Educação.

## Equipe Multidisciplinar (obrigatório para cursos ou disciplinas, integral ou parcial, na modalidade EaD)

Não se aplica ao Curso Superior de Saneamento Ambiental

## Coordenador do curso de Saneamento Ambiental

Atuação do coordenador e suas competências são regidas pela Organização Didática (IFSUL, 2012) pelo Art. 22, sendo:

I. coordenar e orientar as atividades do curso;

II. coordenar a elaboração e as alterações do projeto pedagógico encaminhando-as para análise e aprovação nos órgãos competentes;

III. organizar e encaminhar os processos de avaliação interna e externa;

IV. organizar e disponibilizar dados sobre o curso.

V. presidir o colegiado;

VI. propor, junto ao colegiado, medidas para o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da extensão.

A atuação do coordenador é pautada em um plano de ação documentado e compartilhado, que dispõe de indicadores de desempenho da coordenação disponíveis e públicos (ANEXO 8.1).

### Regime de Trabalho do coordenador do curso

A carga horária do coordenador de curso é definida pela Organização Didática, sendo estabelecida a carga horária mínima de 10 (dez) horas semanais (Art. 23), permitindo o atendimento da demanda existente, considerando a gestão do curso, a relação com os/as docentes, discentes e a representatividade nos colegiados superiores.

### Plano de Ação

Disponível no Anexo 8.1

### Indicadores de desempenho

* Número de alunos regularmente matriculados;
* Evasão de alunos;
* Número de matrículas canceladas;
* Número de disciplinas com alto grau de reprovação;
* Avaliação discente por disciplina;
* Avaliação discente da coordenação do Curso;
* Número de exemplares da bibliografia básica e complementar disponibilizados na biblioteca;
* Média de alunos por componente curricular;
* Número de atividades de extensão e de pesquisa, e
* Participação de alunos em atividades e ações de pesquisa e extensão.

### Representatividade nas instâncias superiores

De acordo com o Estatuto, o Regimento Geral e a Organização Didática do IFSul as discussões e deliberações referentes à consolidação e/ou redimensionamento dos princípios e ações curriculares previstas no Projeto Pedagógico de Curso, em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional, são desencadeadas nos diferentes fóruns institucionalmente constituídos para essa finalidade:

* Núcleo Docente Estruturante (NDE): núcleo obrigatório para os Cursos Superiores, responsável pela concepção, condução da elaboração, implementação e consolidação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso;
* Colegiado/Coordenadoria de Curso: responsável pela elaboração e aprovação da proposta de Projeto Pedagógico no âmbito do Curso;
* Pró-reitoria de Ensino: responsável pela análise e elaboração de parecer legal e pedagógico para a proposta apresentada;
* Colégio de Dirigentes: responsável pela apreciação inicial da proposta encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;
* Conselho Superior: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino;
* Câmara de Ensino: responsável pela aprovação da proposta de Projeto Pedagógico de Curso encaminhada pela Pró-reitoria de Ensino.

O Colegiado do Curso e o NDE do CSTSA obedecem a Organização Didática do IFSul (IFSUL, 2012), bem como, a Resolução Nº 01 de 17 de junho de 2010 (BRASIL, 2010) que normatiza o Núcleo Estruturante e dá outras Providências (CONAES).

## Corpo docente e supervisão pedagógica

O corpo docente do CSTSA é composto por 28 docentes e uma supervisora pedagógica, sendo que 25 docentes atuam com o regime de trabalho de dedicação exclusiva, permitindo o atendimento integral da demanda, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos/as discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, elaboração de relatórios das atividades dos/as professores em registros individuais, utilizados no planejamento e gestão para melhoria contínua.

O corpo docente analisa os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do/a discente, fomenta o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, proporciona o acesso a conteúdo de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do/a egresso/a, e incentiva a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação.

Os docentes que atuam no CSTSA, elaboram, coordenam e colaboram em projetos de ensino, pesquisa e extensão. Participam de grupos de pesquisa com o grupo de Tecnologias Ambientais, cadastrado na plataforma Carlos Chagas (CNPQ), dentre outros. Em relação à titulação, 18 docentes são doutores, 7 possuem mestrado e 3 são especialistas, com um tempo de permanência médio na instituição de 12 anos.

Os docentes que atuam em disciplinas da formação básica, possuem experiências na docência da educação básica permitindo identificar as dificuldades dos/as alunos/as, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos/as com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exerce liderança e é reconhecido pela sua produção.

O corpo docente atuante no CSTSA, possui uma experiência na docência superior de 12 anos em média, o que possibilita promover ações que permitem identificar as dificuldades dos/as discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exerce liderança e é reconhecido pela sua produção.

No curso de Saneamento Ambiental, são incentivadas ações que incentivem a produção científica, cultural, artística ou tecnológica, de forma a estimular uma produção constante, que reflita na prática pedagógica dos/as docentes e na retroalimentação dos processos de ensino, pesquisa e extensão, visando qualificar a aprendizagem dos/as educandos/as. Além da contínua capacitação do corpo docente, as ações buscam incentivar a participação dos/as docentes em editais de ensino, pesquisa e extensão de agências de pesquisa como CAPES, CNPq e FAPERGS e na participação dos/as discentes do curso.

No corpo docente atuante do curso de Saneamento Ambiental, 53% dos professores e professoras apresentam produção científica, tais como artigos publicados em periódicos científicos na área; artigos publicados em periódicos científicos em outras áreas; Livros ou capítulos em livros publicados na área; Livros ou capítulos em livros publicados em outras áreas; Trabalhos publicados em anais (completos); Trabalhos publicados em anais (resumos); Traduções de livros, capítulos de livros ou artigos publicados; Propriedade intelectual depositada; Propriedade intelectual registrada; Projetos e/ou produções técnicas artísticas e culturais; Produção didático-pedagógica relevante, publicada ou não (projeto de ensino, pesquisa ou extensão, apostila, material didático, etc.).

O detalhamento das informações de cada membro do corpo docente e supervisão pedagógica encontra-se no Anexo 8.3.

## Colegiado do curso

O Colegiado do CSTSA obedece a Organização Didática do IFSul (IFSUL, 2012) está atuante e está institucionalizado e conforme o Art. 25, o colegiado é composto:

I . pelo coordenador do curso, que será seu presidente;

II . por, no mínimo, 20% do corpo docente do curso, em efetivo exercício;

III. por, no mínimo, um servidor técnico-administrativo

IV . por, no mínimo, um estudante, escolhido entre os matriculados no curso.

O colegiado reúne-se com periodicidade determinada (Art. 28 da OD), sendo suas reuniões e as decisões associadas devidamente registradas, havendo um fluxo determinado para o encaminhamento das decisões.

Compete ao colegiado, segundo o Art. 27 da OD:

I . acompanhar e avaliar o Projeto Pedagógico do Curso;

II . deliberar sobre processos relativos ao corpo discente;

III . aprovar orientações e normas para as atividades didático-pedagógicas propostas pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE do curso, quando houver, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;

IV. proporcionar articulação entre a Direção-geral, professores e as diversas unidades do campus que participam da operacionalização do processo ensino-aprendizagem;

V . deliberar sobre os pedidos encaminhados pela Coordenação do Curso/Área para afastamento de professores para licença-capacitação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado, em conformidade com os critérios adotados na instituição;

VI . fazer cumprir a Organização Didática, propondo alterações quando necessárias;

VII . delegar competência, no limite de suas atribuições.

VIII . elaborar propostas curriculares e/ou reformulações do curso;

IX . propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa e da extensão.

### Implementação de práticas de gestão

Verifica-se a necessidade da consolidação de uma prática de gestão, comprometida com um processo de efetiva transformação e estimuladora da participação de todos os segmentos da IES, nessa situação o coordenador atua nas funções políticas; funções gerenciais; funções acadêmicas e funções institucionais, estando conectado aos indicadores de desempenho e no plano de ação estabelecido e aprovado pelo colegiado do curso. Articular entre a Direção-geral, professores e as diversas unidades do campus que participam da operacionalização do processo ensino-aprendizagem e deliberar sobre os pedidos encaminhados pela Coordenação do Curso/Área de docentes e discentes.

## Corpo de tutores do curso (obrigatório para cursos ou disciplinas, integral ou parcial, na modalidade EAD).

Não se aplica ao Curso de Saneamento Ambiental

## Políticas de Interação entre Coordenação de Curso, Corpo Docente e de Tutores

Não se aplica ao Curso de Saneamento Ambiental

## Corpo técnico-administrativo

No apêndice, Tabela de informações sobre o corpo técnico-administrativo.

## Infraestrutura

## Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

O espaço de trabalho para docentes do curso de Saneamento Ambiental, em Tempo Integral viabilizam ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, atendem às necessidades institucionais, possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados,

Os equipamentos de informática, impressão e outros periféricos estão disponíveis e atendem o número de professores lotados no curso.

O espaço de trabalho apresenta iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade plena, conservação, comodidade, dimensão e limpeza adequadas.

A privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos/as, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança são garantidas.

## Espaço de trabalho para o coordenador

O espaço de trabalho para o coordenador viabiliza as ações acadêmico-administrativas adequadas, possui equipamentos como computador com acesso à internet, impressora, telefone e ar-condicionado, atendendo às necessidades institucionais. Dessa forma permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade e dispõe de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.

O espaço destinado às atividades de coordenação apresenta dimensão, equipamentos, conservação, gabinete para coordenador, servidor administrativo e atendimento aos alunos e aos professores.

## Sala coletiva de professores

O IFSul - Câmpus Pelotas oferece aos docentes e técnicos administrativos a Sala dos Servidores, que se caracteriza como um ambiente de convivência e confraternização, permitindo descanso e atividades de lazer e integração. Na coordenação do curso de Saneamento Ambiental, existe um espaço para alimentação, conservação e preparo de produtos alimentícios.

## Salas de aula

As salas de aula disponibilizadas aos discentes de Saneamento Ambiental possuem recursos didáticos diversos como quadro de giz, e/ou quadros brancos, e/ou televisões, ou ainda há disponibilização de projetores, com o recurso de lousa digital, com acesso à internet via wireless.

Dessa forma, atendem às necessidades institucionais e do curso, apresentando manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas,

As salas de aulas frequentemente utilizadas pelos discentes e docentes do curso de Saneamento e a área útil das mesmas são listadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Salas utilizadas para aulas de disciplinas do curso de TSA e respectivas áreas úteis.

| **Sala** | **Área (m2)** |
| --- | --- |
| 615A | 53,36 |
| 616A | 67,78 |
| 621A | 68,31 |
| 629B | 54,23 |
| 442C | 119,43 |
| 447C | 50,22 |
| 466C | 28,96 |
| 642C | 119,43 |

O IFSul - Câmpus Pelotas possui um auditório central com capacidade para 240 pessoas sentadas, adaptado à acessibilidade, climatizado, com infraestrutura de palco, som e luz destinado a eventos acadêmicos e culturais. Além disso, existem sete miniauditórios, climatizados e informatizados, adaptados à acessibilidade, com infraestrutura de audiovisual e capacidade na faixa de 30 a 120 lugares.

## Acesso dos/as alunos/as a equipamentos de informática

Quando os laboratórios ou outros meios implantados de acesso à informática para o curso atendem, de maneira excelente, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número total de usuários, acessibilidade plena, velocidade de acesso à internet, Wi-fi, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico.

O Câmpus Pelotas oferece aos alunos laboratórios de informática, de uso específico, equipados com computadores e softwares diversos e, ainda, laboratórios de uso comum.

O Curso de Saneamento Ambiental utiliza os laboratórios de informática, para a disciplina de Informática aplicada, Desenho Técnico, estatística, bem como para aulas específicas dos demais componentes curriculares. Abaixo segue a descrição dos principais laboratórios utilizados.

**Laboratório de Estatística**

| **Item** | **Descrição** | **Quantitativo** |
| --- | --- | --- |
| 1 | Microcomputadores | 15 |
| 2 | Televisor 50” | 1 |
| 3 | Bancada | 2 |
| 4 | Projetor multimídia | 1 |
| 5 | Jogo de bingo | 1 |
| 6 | Alavanca | 1 |
| 7 | Gerador de números aleatórios | 1 |
| 8 | Baralho de cartas | 1 |
| 9 | Tábua de Galton | 1 |

**Laboratório de Informática**

| **Item** | **Descrição** | **Quantitativo** |
| --- | --- | --- |
| 1 | Microcomputadores | 30 |
| 2 | Televisor 50” | 1 |

## Biblioteca

A Biblioteca do Câmpus Pelotas faz parte do Sistema de Bibliotecas do IFSul ([SiBIFSul](http://www.ifsul.edu.br/bibliotecas)) (http://www.ifsul.edu.br/bibliotecas) e tem como objetivo o apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, através de produtos e serviços informacionais, disponibilizados a partir do processamento, organização e disseminação da informação.

O SiBIFSul é um órgão suplementar vinculado à Pró-reitoria de Ensino, sendo uma representação sistêmica junto a instâncias superiores e seus pares.

O SiBIFSul foi instituído através do Regulamento das Bibliotecas do IFSul por meio da Resolução 52/2015, tendo seu regimento aprovado em 2018, através da Resolução 137/2018. O SiBIFSul tem por finalidade a construção de mecanismos de cooperação entre as bibliotecas, compartilhamento de produtos e serviços, padronização de normas e rotinas comuns.

As Bibliotecas integrantes do SiBIFSul regem-se pelo Regimento Geral do IFSul, ao Regimento Interno dos câmpus, ao Regimento do SiBIFSul, ao Regulamento das Bibliotecas do IFSul, e pelas demais normas da Instituição, em observância à unidade patrimonial, administrativa, organizacional e com vistas à plena utilização de recursos humanos e materiais. A gestão do SiBI é itinerante e exercida por um(a) bibliotecário(a), indicado(a) pelo(a) Reitor(a).

A Biblioteca do Câmpus Pelotas disponibiliza os serviços de consulta local (atendimento da comunidade escolar, pelotense e regional), empréstimo domiciliar (exclusivo para usuários vinculados ao IFSul servidores e alunos), levantamento bibliográfico, orientação e normalização de trabalhos técnico-científicos e confecção de fichas catalográficas.

O Sistema de Gerenciamento utilizado pela biblioteca é o [Pergamum](http://biblioteca.ifsul.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php) (<http://biblioteca.ifsul.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php>) e através dele é possível consultar o acervo. Além do acervo físico, os usuários têm acesso às obras digitais através da [Biblioteca Virtual Pearson](https://plataforma.bvirtual.com.br/Account/Login?redirectUrl=%2F), disponível também através do Catálogo on-line do Pergamum.

A [Biblioteca Virtual Pearson](https://plataforma.bvirtual.com.br/Account/Login?redirectUrl=%2F) (<https://www.bvirtual.com.br/>) é um acervo digital composto por diversos títulos universitários, que abordam inúmeras áreas do conhecimento. A plataforma conta com títulos de 30 editoras parceiras, entre elas: Contexto, Intersaberes, Companhia das Letras, Papirus, Ática, Scipione, Manole, Rideel, Aleph. Este acervo digital multidisciplinar é composto por mais de 3.000 títulos, em mais de 40 áreas de conhecimento. O acesso é realizado por computadores, tablets e smartphones, disponível 24 horas, 7 dias por semana.

Como membro da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), o IFSul possui acesso ao Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional.

O Portal (https://www-periodicos-capes-gov-br.), conta com um acervo de mais de 49 mil periódicos com texto completo e 455 bases de dados de conteúdos como livros, patentes, material audiovisual, normas técnicas, teses, dissertações, dentre outros materiais, cobrindo todas as áreas do conhecimento

Especificamente para subárea de conhecimento em Saneamento Ambiental, estão relacionados mais de 70 bases de pesquisa segundo ferramenta de pesquisa do próprio Portal.

## Laboratórios didáticos

O Curso Superior de Saneamento Ambiental possui laboratórios didáticos para atendimento da formação básica e formação específica.

### Laboratórios de formação básica

Para formação básica são utilizados laboratório de informática e de química geral aplicada. Esses laboratórios atendem às necessidades do curso e dos discentes, apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, e possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas.

Havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas. O regulamento de funcionamento dos laboratórios encontra-se no Anexo 8.2.

### Laboratórios de formação específica

Os laboratórios didáticos atendem às necessidades do curso e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, e possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas. O regulamento de funcionamento dos laboratórios encontra-se no Anexo 8.2.

Os laboratórios de formação específica são:

* **Laboratório de Hidrodinâmica Ambiental** - apresenta estrutura e equipamentos que possibilitam atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de recursos hídricos, hidrologia, hidráulica, obras e redes de saneamento e outras disciplinas, conforme a demanda de projetos de pesquisa e de ensino. No laboratório está instalado um Canal de escoamento de 5 metros, Medidores diferenciais de pressão, Associação de bombas centrífugas, Bancada para determinação de perda de carga, molinete para medição de vazão, manômetros digitais, analógicos. Destaques: Canal de escoamento e bancada de determinação de Perda de Carga, molinete para medição de vazão.
* **Laboratório de Solos e Resíduos Sólidos -** possibilita a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de gerenciamento de resíduos sólidos, hidrologia, obras e redes de saneamento, disposição final de resíduos, geotecnia e mecânica dos solos. No laboratório estão disponíveis equipamentos e instrumentos como Balança para grandes cargas, balança de precisão, trados para coleta de solo (rosca, caneco e caneco de fundo chato), bancadas, termo-higrômetros, vidrarias, dessecadores, bomba de vácuo, estufa de secagem.
* **Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto -** possibilita a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de hidrologia, topografia e geoprocessamento. No laboratório estão disponíveis equipamentos e instrumentos como: GPS geodésico, Estação Total, tripé, trenas e acessórios
* **Laboratório de Águas e Efluentes -** possibilita a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas de hidrologia, tratamento de águas, controle de efluentes e Tratamento avançado de efluentes. No laboratório estão disponíveis equipamentos e instrumentos como: HPLC, GC-MS, bomba de vácuo, dessecadores, Estufa de secagem, pHmetro, Sonda Multi-parâmetro, garrafa de Vandorf , Jar test, variada vidraria, geladeira

### Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística) (Não se aplica para cursos presenciais que não contemplam material didático no PPC.)

Não se aplica ao Curso em Saneamento Ambiental

### Ambientes profissionais vinculados ao curso

Não se aplica ao Curso em Saneamento Ambiental

## Infraestrutura de acessibilidade

O Campus Pelotas, conta com todas as infraestruturas necessárias para garantir a acessibilidade, e vem constantemente buscando melhorias, baseando-se atender o disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050 (ABNT, 2004), na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos n° 5.296/2004, n° 6.949/2009, n° 7.611/2011 e na Portaria n° 3.284/2003, e nos critérios básicos para a promoção da acessibilidade e na Lei n° 13.146/2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O IFSul - Câmpus Pelotas oferece a seguinte infraestrutura de acessibilidade:

• Rampas com corrimãos e elevador que permitam o acesso do estudante com deficiência física aos espaços de uso coletivo da instituição;

• Rampas com corrimãos e elevador que permitam o acesso do estudante com deficiência física às salas de aula/laboratórios da instituição;

• Rotas com piso tátil nos espaços de uso coletivo da instituição;

• Reservas de vagas em estacionamento interno para pessoas com necessidades especiais;

• Banheiros adaptados com portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas em todos andares;

• Barras de apoio nas paredes dos banheiros;

• Lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas;

• Telefones públicos instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas;

• Bancadas de laboratório com altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas.

## Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050**. Norma Brasileira de Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência às Edificações, Espaço Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

BRASIL. Decreto nº 7.566, 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos estados da república escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. In: Coleção de leis do Brasil [S.l.]: Imprensa Nacional, 1909.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. In: Coleção de leis do Brasil. [S.l.]: Imprensa Nacional, 1942.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. Disponível em: <http://www.planalto.com.br.>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. LDB. Lei no 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.com.br.>. Acesso em: 28 de set. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 28 de nov. 2021.

BRASIL. Exposição de motivos da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n. 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. D.O.U. Seção 1, de 30 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008

BRASIL. Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior–CONAES. Brasília, 2010a. Disponível em: <http://portal. mec. gov. br/index. php>. Acesso em: 28 de set. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>> Acesso em: 02 de out, 2022

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 80, de 4 de junho de 2014. Altera o Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Justiça, do Título IV - Da Organização dos Poderes, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/emendas/emc/emc80.htm. Acesso em: 28 de set. 2022.

BRASIL. Lei no 13.146, 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 28 de nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017. Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público e dá outras providências. Brasília, 2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2015- 2018/2017/Lei/L13425.htm>. Acesso em: 28 de set, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\_RES\_CNECESN72018.pdf>. Acesso em 28 de set. 2022.

BRASIL. 6º Balanço do PAC 2015-2018. Brasília: Ministério do Planejamento, 2018. 69 p. Disponível em: <http://pac.gov.br/pub/up/relatorio/11fbe9b2f7cbecb3ec5c1f9f67b5f3be.pdf>. Acesso em: 28 de set. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 108 p. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 28 de set. 2022.

IFSUL. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. Ministério da Educação. Constituição (2020). Estatuto. **Estatuto do IFsul**. Pelotas: IFSUL, 2020. Seção 1, p. 1-19. Disponível em: http://www.ifsul.edu.br/component/k2/item/115-estatuto-do-ifsul. Acesso em: 28 set. 2022.

IFSUL. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. Ministério da Educação. **Projeto Pedagógico Institucional**. 2006. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/projetopedagogico-institucional>. Acesso em: 28 de ago. 2022.

IFSUL. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. Política de Extensão e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Pelotas: IFSUL, 2018. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/politica-de-extensao-e-cultura>. Acesso em: 20 set.2022.

IFSUL. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. Regulamento Da Curricularização da Extensão e da Pesquisa nos Cursos de Graduação do Instituto Federal-Sul-Rio-Grandense. Pelotas: IFSUL, 2018. Disponível em:<http://www.ifsul.edu.br/curricularizacao-da-extensao/curricularizacao-da-extensao-e-pesquisa> Acesso em: 20 set.2022.

IFSUL. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. Organização Didática do IFSul. Pelotas: IFSUL, 2012 Disponível em: <><http://www.ifsul.edu.br/projeto-pedagogico-institucional/item/113-organizacao-didatica> Acesso em: 20 dez. 2021.

INSTITUTO TRATA BRASIL. Estatísticas para universalização do saneamento no Brasil. 2018. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/nobrasil/universalizacao>. Acesso em: 28 de set. 2022.

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de Saneamento**. 3. ed. Brasília: Funasa, 2007. 408 p. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ccz/files/2016/03/FUNASA-MANUAL-SANEAMENTO.pdf>. Acesso em: 28 de set. 2022.

## Anexos e Apêndices

## Plano de ação do/a coordenador/a

## Regulamento de laboratórios

## Tabela de informações sobre o corpo docente e supervisão pedagógica

## Tabela de informações sobre o corpo de tutores

Não se aplica ao Curso de Saneamento Ambiental

## Tabela de informações sobre o corpo técnico-administrativo

| **Nome** | Letícia Bandeira Magalhães |
| --- | --- |
| **Titulação/Universidade** | Servidora Federal do Instituto Federal Sul Rio-Grandense (IFSul), desde 2013; Mestre em Gerenciamento Costeiro pela Universidade Federal do Rio Grande (2012); especialista em Gestão Ambiental em Municípios pela Universidade Federal do Rio Grande (2011); Tecnóloga em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense (2009) e Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Pelotas (2006). |

## 8.6 Fluxos formativos

## 8.7 Matriz curricular

## 8.8 Matriz de disciplinas eletivas

## 8.9 Matriz de disciplinas optativas

## 8.10 Matriz de pré-requisitos (quando for o caso)

## 8.11 Matriz de disciplinas equivalentes

## 8.12 Disciplinas, ementas, conteúdos e bibliografias

## 8.13 Regulamento de Estágio do Curso Superior de Tecnologia em Saneamento Ambiental

## 8.14 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso